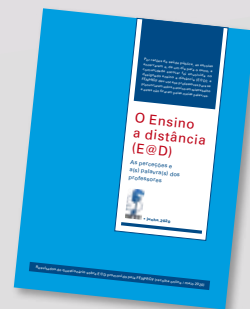


JF


Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
Mensal | n° 302 | julho 2020 | 0,50 Euros



DESTACÁVEL

**O Ensino a Distância – as percepções
e as palavras dos professores**

Páginas 15 a 34



**Os direitos, os salários
e as condições de trabalho
não podem ser postos
em causa**

sumário



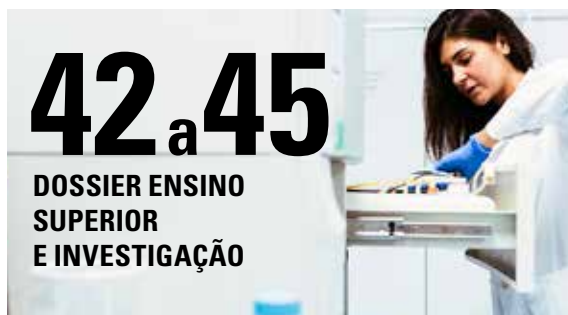
35

OAL – Propostas da FENPROF para a Organização do Ano Letivo 2020/21



39

FENPROF alerta ME: há assuntos urgentes para resolver!



42 a 45

DOSSIER ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

04. EM FOCO

E@d – Escola d@s Desigualdades “O Ensino a Distância não está em sintonia com a Inclusão”

ANA SIMÕES

06. IMPRESSÕES

Contagem do tempo de serviço: Pandemia não pode justificar arbitrariedades

JOSÉ FELICIANO COSTA

08. SETORES

Educação Pré-escolar: E em setembro como é que vai ser?

10. SETORES

Propostas e reivindicações da FENPROF e dos docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico

13. AÇÃO

Quebra de normas de segurança sanitária nas escolas a partir de setembro: FENPROF solicitou reunião à Diretora-Geral da Saúde

14. EM FOCO

Carreiras, salários e contratação de trabalhadores: Valorizar os serviços públicos e as funções sociais do Estado! Não bastam aplausos para solucionar problemas!

DULCE PINHEIRO

40. DESTAQUE

Docentes vinculados: Um número mesmo insuficiente

41. SETORES

Aposentados: Os direitos não têm idade

45. FOLHA VERDE

Publicada a Listagem das escolas públicas com Amianto

CARMEN LIMA

46. SETORES

IPSS/Misericórdias. Portaria nº 160/2020, de 26 de junho: Instituições com comparticipação financeira não podem manter docentes em layoff

47. REGIÕES AUTÓNOMAS

Recessões, maiorias absolutas e direitos conquistados!

ANTÓNIO LUCAS

RAM em tempos da COVID-19

JACKELINE VIEIRA



sobe

Desempenho dos professores

Contrariamente ao que alguns gostam de afirmar, a pandemia não trouxe novos desafios à Educação, obrigou foi a recorrer a um tipo de ensino de emergência, que só assim deve ser considerado. Devido ao encerramento das escolas, em apenas um fim-de-semana os professores foram empurrados para o ensino a distância. Prepararam-se, puseram as suas casas ao serviço dos alunos, foram procurá-los, estabeleceram alternativas para quem não tinha forma de acompanhar pela Internet, avaliaram e ainda foram sujeitos a uma tremenda carga burocrática. Foram heróis deste tempo, mas dispensam as palmas. Apenas exigem respeito. ●



desce

Organização do Ano Letivo 20/21

Ainda mais atrasados do que habitualmente, os documentos sobre organização do ano letivo 20/21 deixam muitas batatas a arder nas mãos das escolas: são parcos em recursos acrescidos para as escolas, mas não se poupam em exigências; quanto a docentes, serão, em média, mais três por AE/ENA, já quanto a outros profissionais não se sabe; o número de alunos por turma é para manter sem olhar a distâncias; o 3.º Ciclo e o Secundário deverão permanecer em ligação remota, ainda que se repita a necessidade de estarem todos presentes nas escolas. Isto é o que, genericamente, é dito às escolas. A partir daqui... organizem-se! ●



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Micaelo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélia Vitorino (FENPROF), Rogério Ribeiro (SPN), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 51.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

UBER Minister

O período final do ano letivo foi, em quase tudo, diferente dos anteriores. Tivemos o inesperado encerramento das escolas, o estranho ensino remoto, o desgastante teletrabalho ou o atraso, ainda maior, na preparação do ano seguinte, apesar de a sua organização ser muito mais exigente.

Sem diferença assinalável, para além de breves interrupções ao seu habitual regime de quarentena, tivemos o ministro da Educação. Avesso ao diálogo e à negociação, foi necessária a marcação de uma concentração à porta do ministério para que, finalmente, fosse convocada uma reunião com a FENPROF, tendo, mais uma vez, delegado a presença nos secretários de estado. Dela resultou o compromisso de nova reunião antes da saída das normas de organização do ano letivo (onde se inclui o calendário escolar), dadas as implicações nas condições de trabalho dos docentes e no regime de funcionamento das escolas.

Sem surpresa, o compromisso foi desrespeitado pelo ministro que, em 3 de julho, decidiu apresentar aquelas normas em conferência de imprensa, enquanto chegavam às escolas dois documentos da DGEstE e era publicado o despacho do calendário escolar.

Para o ministério, estavam divulgadas as informações consideradas necessárias, apesar de ser ainda mais complexa a organização do próximo ano letivo e de escassear o tempo para tarefa tão exigente. Dos documentos emitidos destaca-se, desde logo, a falta de indicações para que se eliminem os abusos e ilegalidades nos horários dos professores, agravados pelo teletrabalho, ou a insuficiência do acréscimo de recursos para as imensas e exigentes respostas pedidas às escolas.

No dia seguinte ao anúncio público, em entrevista, o ministro reiterava o habitual desrespeito pelos professores (e não só):

é a não observação de distanciamento físico nas salas de aula, a não garantia de proteção e resguardo daqueles que integram grupo de risco ou a ausência de qualquer referência ao já citado *sobretabalho*, um dos problemas mais sentidos pelos professores, que, em boa parte, resulta de abusos e ilegalidades cometidos, para os quais, há muito, a FENPROF reclama soluções.

Nessa entrevista, questionado pelas jornalistas, o ministro deu como exemplo do reconhecimento do governo pela enorme valia dos professores o que se tem passado com os salários, a carreira ou a vinculação de contratados... É preciso ter lata! Referia-se a quê: aos 0,3% de "aumento" após dez anos de congelamento que provocaram uma desvalorização salarial superior a 16%? Ao roubo de 6 anos, 6 meses e 23 dias de trabalho para efeitos de progressão e reposicionamento na carreira?

Às ultrapassagens de professores com mais tempo de serviço? À retenção de milhares de docentes nos 4.º e 6.º escalões? Aos muitos milhares de docentes, alguns com duas décadas de serviço, que continuam com vínculos precários?

Sem capacidade de diálogo, sem competência negocial, sem estratégia para a Educação, sem coragem e/ou vontade política para resolver os problemas, sem a adjunta entretanto promovida e sem a aceitação, pelos diretores, que tem o atual adjunto, poderia pensar-se que o ministro não vai longe. Só que, se não fosse, nem teria chegado ao fim do mandato anterior, quanto mais renová-lo.

É provável que o atual ministro obtenha um recorde (difícil de bater) de permanência no cargo, mas isso não se atribui a uma eventual falta de alternativa. A questão é que este ministro está ali para as encomendas, todas as que as chefias políticas pretenderem que ele entregue. Tornou-se, assim, numa espécie de *UBER Minister*, ainda mais útil num tempo a que

alguns chamam "novo normal", para, com isso, justificarem medidas que põem em causa direitos, salários e condições de trabalho, como, a seu tempo, se tornará perceptível.

Para o ensino ser presencial seriam necessárias medidas que não constam dos "editais" divulgados, era necessário investimento e não apenas 1/10 do que voa para a TAP (ou, se quisermos outra comparação, menos de 15% do recentemente engolido pelo *black hole* do Novo Banco). Vem longe o 5 de outubro, mas preparemo-nos para, no Dia Mundial do Professor, contestarmos e recusarmos as encomendas a entregar por este serviço *UBER Minister*. ●

“

Este ministro está ali para as encomendas, todas as que as chefias políticas pretenderem que ele entregue. Tornou-se, assim, numa espécie de *UBER Minister*...



E@D – Escola d@s Desigualdades

“O Ensino a Distância não está em sintonia com a Inclusão”

ANA SIMÕES (membro do SN da FENPROF)

As orientações publicadas pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Direção-Geral de Educação (DGE) e Direção-Geral de Saúde (DGS), para organização do próximo ano letivo, referem especificamente que, para os alunos com medidas seletivas e/ou adicionais, o apoio deve ser assegurado em regime presencial (mesmo que os outros alunos fiquem em regime misto ou não presencial), bem como os apoios prestados às crianças e famílias no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

É importante que os documentos de orientação para as escolas integrem sempre medidas mais específicas para os alunos com medidas seletivas e/ou adicionais e outros que possam estar em situação mais vulnerável e/ou em risco, embora, muitas vezes, a essa referência, não correspondam as condições indispensáveis à sua concretização.

O chamado Ensino a Distância (E@D) agravou as desigualdades entre alunos,

nomeadamente dos que apresentam necessidades educativas especiais e suas famílias.

As medidas agora anunciadas e que remetem, prioritariamente, para o apoio e ensino presencial para estes alunos é o reconhecimento que o E@D não funcionou, principalmente para alunos com problemáticas mais complexas e com baixo nível de funcionamento.

Como referiu um professor, em resposta ao questionário sobre E@D, promovido pela FENPROF, “O Ensino a Distância não está em sintonia com a Inclusão”.

Na situação de exceção que ainda vivemos, não basta definir que o ensino tem de ser presencial... é preciso determinar quais os recursos (materiais e humanos) com que as escolas poderão contar para trabalhar, bem como de que forma será assegurada a proteção sanitária nos apoios domiciliários no âmbito da Intervenção Precoce.

Das orientações divulgadas, a grande preocupação é que, para as respostas

que se anunciam como necessárias, são poucas as condições que serão criadas. Um reforço médio de três docentes por escola/agrupamento, destinado a reforçar tutorias, coadjuvações, equipas multidisciplinares, apoios... reduz, desde já, as expectativas em relação à determinação do ministério na resposta aos problemas que 2020/21 herdará do ano anterior; conhecendo-os, preocupam-se os docentes com a capacidade que as escolas terão para os enfrentar e combater.

Desconhecendo-se a situação sanitária que viveremos em setembro, a FENPROF decidiu, no final de maio, questionar os docentes da Educação Especial (EE) e da Intervenção Precoce (IP) sobre o que consideram fundamental na organização do próximo ano letivo, quer se retome, como se espera, o ensino presencial, quer se mantenha, excepcionalmente, o teletrabalho.

Docentes de Educação Especial e Intervenção Precoce exigem, para o próximo ano letivo, mais e melhores condições para mais e melhores respostas.



Os alunos com medidas seletivas e/ou adicionais necessitam de um acompanhamento/ apoio presencial que vá ao encontro das suas necessidades específicas e individuais.

Das 384 respostas recebidas, 93,3% são docentes que apenas desenvolvem atividade nas escolas, no âmbito da Educação Especial (EE), e 6,7% exercem funções na Intervenção Precoce (IP).

Regime Presencial

Os docentes consideram que, no retorno à atividade presencial, o designado Equipamento de Proteção Individual (EPI) não pode limitar-se à máscara e ao gel. Há atividade que é desenvolvida com alunos com pouca autonomia e, até, dificuldades de controlo dos seus movimentos. Como tal, os docentes consideram que lhes devem ser disponibilizadas batas (65,5%), luvas (62,6%), viseiras (52,8%). Embora em menor percentagem, foram muitos os docentes que referiram, também, a necessidade de

utilização de touca, óculos e fato de proteção completa como equipamento de proteção individual. Tal dever-se-á, em muitos casos, ao facto de estes educadores e professores trabalharem com alunos com situações mais complexas, com reduzido controlo de movimentos e baixo nível de autonomia.

13,7% dos docentes considera, ainda, que as máscaras a utilizar (professores e alunos quando possível) devem ser transparentes para um melhor contacto visual de parte a parte. Esta medida é indispensável para os alunos, docentes e técnicos que comunicam através da Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Como em qualquer situação, mas mais evidente com os alunos com medidas seletivas e/ou adicionais, cada Agrupamento de Escolas (AE), em parceria com todos os envolvidos (docentes, não docentes, pais e alunos) deve aferir quais os equipamentos e materiais necessários à atividade presencial, de acordo com as características e necessidades individuais de cada aluno.

Havendo a necessidade de recuperação de capacidades e competências estagnadas ou em regressão no período de confinamento e de ensino a distância, 88,5% dos docentes consideram que estes alunos deverão ter apoios acrescidos.

Para dois terços dos respondentes, serão necessárias mais horas de apoio docente direto – 66,9%; também em relação a horas de apoio de técnicos/terapias, 59,5% defende que aumentem.

Regime não presencial

Se a situação sanitária e epidemiológica se mantiver ou agravar, obrigando à continuação de confinamento e ensino a distância, 56,8% dos docentes considera que os equipamentos e materiais devem ser fornecidos aos alunos, pelos Agrupamentos de Escolas/Centros de Recursos TIC, correspondendo às características individuais e específicas de cada um. Também um número considerável de respondentes, 38,2%, considera, ainda, que aos docentes que acompanham estes alunos devem ser cedidos equipamentos e materiais idênticos.

Por todas as necessidades destes alunos e de todos os outros, chegarão os 125 milhões de euros anunciados como verba suplementar para a Educação? Ou, num momento tão crítico como o que vivemos, seriam, no mínimo, necessários os 850 milhões de euros oferecidos ao Novo Banco?

No século XXI e num tempo em que a Inclusão é um “chavão” político, as medidas que os docentes da EE e da IP reivindicam têm como objetivos a equidade de tratamento entre os alunos e a erradicação da Escola d@s Desigualdades. É para este objetivo que todos (docentes, não docentes, famílias, alunos e responsáveis políticos) devem trabalhar e fazer convergir esforços. A Inclusão é a equidade entre os cidadãos e o respeito de todos por todos, adequando as respostas às necessidades de cada um e não, apenas, preâmbulo de um quadro legal inovador! ●



Pormenores das respostas ao questionário realizado pela FENPROF

Em síntese:

Os docentes da Educação Especial e Intervenção Precoce defendem e exigem:

1. Melhores condições de proteção a nível dos EPI;
2. Apoios acrescidos aos alunos, em comparação com os disponibilizados em anos anteriores;
3. Mais horas de apoio direto aos alunos;
4. Mais horas de apoio técnico e terapias para os alunos;
5. Reforço de recursos humanos nas escolas, em 2020/21, sendo insuficientes os que foram anunciados pelo ministério, no âmbito da organização do próximo ano letivo;
6. Disponibilização de equipamentos e materiais aos alunos, caso a situação epidemiológica venha a impor soluções de ensino a distância.

Estas exigências foram apresentadas ao Ministério da Educação, através deste documento. ●



impressões

JOSÉ FELICIANO COSTA (Presidente do SPGL, membro do SN da FENPROF)

Contagem do tempo de serviço

Pandemia não pode justificar arbitrariedades

Os educadores e professores portugueses revelaram, mais uma vez, um elevado sentido de responsabilidade e um enorme profissionalismo, a que se juntaram uma grande capacidade de adaptação, dedicação e resiliência. Só assim se explica que, tenham conseguido, apesar de um conjunto muito vasto de condicionalismos, desenvolver e implementar soluções que permitiram aos alunos manter uma rotina de trabalho em casa.

O reconhecimento, os elogios e os agradecimentos são mais do que justos, mas não são suficientes; os professores e educadores exigem, por parte da tutela, respeito pela sua dignidade profissional e o cumprimento dos compromissos assumidos, designadamente os que dizem respeito à contagem integral do tempo de serviço.

Em agosto de 2005, começou o primeiro “roubo” de tempo de serviço e que terminou em dezembro de 2007;

Em janeiro de 2011, iniciou-se novo congelamento, que só terminou em dezembro de 2017; desta vez, foram mais 7 anos que se perderam.

Ao longo de todo o processo de congelamentos, a estrutura da carreira mudou três vezes: a primeira em janeiro de 2007, com o ECD de MLR e a divisão da carreira em categorias; posteriormente, mais duas alterações se seguiram e cada uma delas implicou mudanças na estrutura da carreira, pelo que, em cada destes processos de transição, muitos docentes perderam tempo de serviço que se pode acrescentar ao “oficialmente” contabilizado.

Foi na anterior legislatura, numa reunião com o ME em novembro de 2017 e depois de um processo de luta que culminou com uma greve e a concentração de milhares de professores em frente à AR que os professores conseguiram que fosse assumido o compromisso de recompor a carreira.

O que se passou a seguir já é conhecido; o governo da altura desrespeitou todos os compromissos assumidos com a FENPROF e desrespeitou também uma resolução da própria AR que recomendava ao governo que iniciasse um processo negocial com os sindicatos de professores, com vista à recuperação do tempo de serviço.



Estivemos sempre disponíveis para o diálogo e para a negociação propondo, inclusivamente, a recuperação faseada, do tempo de serviço em falta. Admitimos, até, recuperá-lo em 5 anos ou mais, sempre com a preocupação de que o esforço não fosse superior a 20% da recuperação, em cada ano.

Em junho de 2018, após um conjunto de reuniões (poucas) que se revelaram pouco ou nada profícuas, o Ministro da Educação colocou em cima da mesa a recuperação de apenas 2A 9M e 18D, justificando que foi a fórmula aplicada aos trabalhadores da Administração Pública, que recuperaram 70 % de tempo de serviço.

O Ministro comparava o que não é comparável. Nas carreiras gerais da Administração Pública, um módulo padrão de progressão corresponde a 10 pontos que, em regra, são acumulados ao longo de 10 anos; por conseguinte, 7 anos de congelamento correspondem a 70% do módulo de progressão. A aplicação desta fórmula à carreira docente equivale a uma recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias, ou seja, apenas 29 % do tempo de serviço em falta.

Após a greve às avaliações em julho de 2018, a postura do Ministro mudou e já admitia, de novo, a contagem integral do tempo de serviço e

“

Estivemos sempre disponíveis para o diálogo e para a negociação propondo, inclusivamente, a recuperação faseada, do tempo de serviço em falta. Admitimos, até, recuperá-lo em 5 anos ou mais, sempre com a preocupação de que o esforço não fosse superior a 20% da recuperação, em cada ano.

foi esse o compromisso que assumiu, marcando o início da negociação para setembro do ano letivo seguinte.

Em setembro desse ano, o ME reuniu novamente com a FENPROF. A intenção do Ministro ficou clara, voltando a dizer que só admitia recuperar 2A 9M e 18D, portanto todo o restante seria “apagado”.

Não podemos permitir que a Pandemia sirva para justificar todas as arbitrariedades e recuos.

Não abdicaremos da recuperação dos 6 A 6 M e 23 D pois esta é também uma luta pela defesa do ECD e para esta luta estamos todos convocados. •



duas palavras

Luís Lobo (luis.lobo@sprc.pt)

Somos todos Professores!

Há quem esteja a usar as redes sociais para desencadear uma atitude divisionista entre os professores, defendendo que os que estão em monodocência deveriam ter um estatuto diferenciador dos docentes dos outros níveis de ensino. Sustentam as suas propostas numa suposta desvalorização do seu estatuto sócio-profissional, alegando que os professores do primeiro ciclo trabalham mais, durante mais tempo e são prejudicados profissionalmente por não existirem quaisquer medidas que compensem esse “desgaste” que entendem existir, ao contrário do que, defendem, se passa com os seus outros colegas.

Trata-se de uma lógica perigosa e que põe em causa a própria organização do estatuto de carreira que motivou tantas e demoradas lutas até ser consagrada uma carreira única, que valoriza as qualificações e não separa por especificidades dos níveis de ensino. Fazê-lo, seria fazer regressar os professores do primeiro ciclo (e, por arrastamento, os educadores de infância) à velha condição de professor primário, essa sim, desvalorizada em

diversos planos (subordinação hierárquica, salarial e dos direitos específicos dos docentes).

Este movimento populista, como todos os que seguem a mesma lógica, erguem bandeiras que não são verdadeiras para exacerbar um sentimento de exclusão, segregação, discriminação. É, por isso, falso que os professores do 1.º ciclo tenham mais horas de trabalho e que estejam muito mais tempo em actividade directa com os alunos ou que as turmas do 1.º ciclo, por terem um currículo transversal, sendo o professor titular quem lecciona todas as áreas disciplinares, sejam muito mais desgastantes. A verdade é que os horários de trabalho de todos os professores estão mal regulamentados, agravam o desgaste profissional e necessitam de uma atenção que os sucessivos governos, por razões economicistas, não lhes querem dar. Nem o argumento de que nos outros níveis há redução do horário lectivo para a direcção de turma pode ser tido como tão forte quanto querem fazer crer. Outros argumentos podem ser invocados pelos colegas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário para sustentar outras divisões que só poriam em causa

a unidade interna na profissão: várias turmas que multiplicam o número de alunos; diversos níveis de diversos anos de escolaridade, por vezes de diferentes disciplinas; excesso de trabalho com a avaliação dos alunos; múltiplas reuniões de coordenação pedagógica, etc.

Enfim! Uns e outros têm motivos para manifestar o seu desagrado com o rumo que os governos têm dado à profissão, desde Maria de Lurdes Rodrigues. Mesmo as conquistas obtidas com o derrube da direita do governo, sendo inegavelmente importantes, ficaram-se por aí e os desenvolvimentos esperados e as expectativas que todos tínhamos tardam em transformar-se em realidade. A luta por uma aposentação digna e pelo rejuvenescimento da profissão, bem como por horários de trabalho que reduzam o desgaste profissional, é única e é de todos. A luta pela contagem do tempo de serviço e contra a precariedade é de todos e não só de alguns.

Combater lógicas populistas é fundamental para a defesa dos docentes enquanto corpo, com uma identidade própria e um saber profissional específico. ●

CARTOON

Henrique Monteiro



Educação Pré-Escolar

E em setembro como é que vai ser?

Num primeiro levantamento realizado junto dos agrupamentos de escola realizado no início de junho, a FENPROF já havia afirmado que a reabertura dos Jardins de Infância no dia 1 desse mês tinha demonstrado que a frequência de crianças ao longo dos 18 dias anunciados seria reduzida. Estudo realizado pela FENPROF, a partir de um questionário promovido junto dos/as educadores/as de infância, revela ainda, que uma série de condições ficou por garantir e que são muitos os receios em relação ao futuro.

Conforme havia sido então anunciado pela FENPROF, um outro inquérito, muito mais exaustivo iria ser levado a efeito pela Federação após o final do ano letivo, determinado pelo ME para o dia 26 de junho. Este novo questionário contribuiu para clarificar algumas situações, nomeadamente no que respeita à forma como a preparação para a reabertura foi feita e que tipo de envolvimento as/os educadoras/es de infância tiveram neste processo, assim como que tipo de participação/decisão outros tiveram com o objetivo de garantir as condições necessárias para que a reabertura fosse feita com a maior segurança. Confirmou-se, também, que o número de crianças a frequentar o jardim de infância neste período não ultrapassou 30%. O gráfico que a seguir se apresenta é bem claro de como a média de crianças por sala de JI não ultrapassou 9 ao longo das 4 semanas que durou este “regresso” (ver gráfico 1).

Uma conclusão que se infere da leitura dos dados obtidos neste questionário é a de que **36% dos inquiridos afirmam que profissionais que integram grupos de risco** estiveram implicados na reabertura, mas que **em 89% dos casos não foram substituídos**. Outra é a de que, contrariando

as próprias determinações da DGS, **houve casos (16%) de agregação de crianças de grupos distintos**, o que levou, em certas situações, à intervenção de sindicatos da FENPROF, quer junto de direções de agrupamentos, quer da própria IGEC e das secretarias de estado do ministério da Educação.

Os dados que se seguem dão-nos uma ideia clara da forma diferenciada como foram tratadas, de agrupamento para agrupamento, as questões, assim como foram distintos a atitude das diferentes autarquias e o tratamento dado à testagem, que deveria ter sido assumida pelo governo para todo o pessoal docente e não docente. Quando foram feitos **testes aos docentes (23%)** a testagem foi feita, na maior parte (**73%**) pelas autarquias (ver gráficos 2 e 3).

Também em relação à desinfeção dos estabelecimentos de educação e outros equipamentos/materiais, pode concluir-se que **a desinfeção através de empresas certificadas para o efeito só aconteceu em muito poucos casos**, tendo sido atribuída, de forma maioritária, essa responsabilidade aos próprios assistentes operacionais dos estabelecimentos, uns tendo obtido formação específica para o efeito outros não. Esta variação decorre das opções de cada uma das autarquias que, em conjunto com as direções dos agrupamentos, acompanharam o processo de preparação da reabertura (ver gráficos 4 e 5).

A forma diferente como o “regresso em segurança” foi tratado percebe-se pelos dados obtidos no inquérito quanto aos Equipamentos de Proteção Individual.

Ainda que de uma forma mais generalizada

se tenham centrado na disponibilização de máscara e gel desinfetante, algumas autarquias decidiram, e bem, dotar os profissionais docentes e não docentes de outros EPI, tais como viseira, bata, avental, ou mesmo os denominados “pezinhos”. Isto dá nota da enorme arbitrariedade de tratamento, muitas vezes de concelho para concelho dentro do mesmo distrito, o que deixa antever os problemas que surgirão com uma municipalização que muito poucos querem (ver gráfico 6).

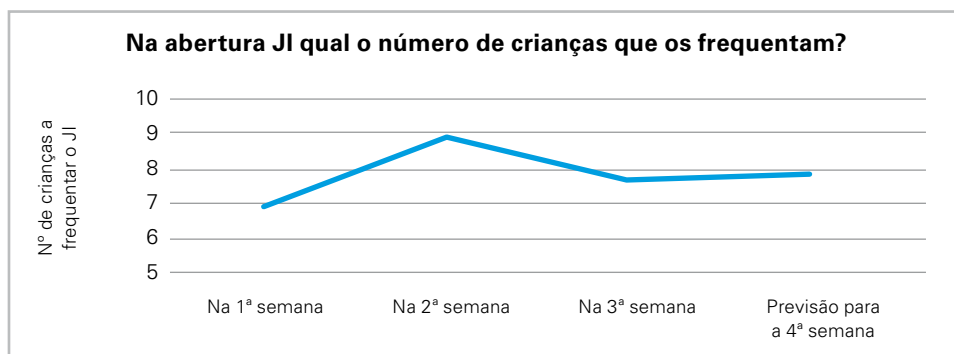
O facto de o ME se ter limitado a delegar, noutros, a sua responsabilidade não acautelou, como se esperaria, as condições esperadas e necessárias para que, de uma forma completamente segura, as crianças e os profissionais pudessem ter regressado no dia 1 de junho com toda a confiança aos jardins de infância.

Lembre-mos que a Educação Pré-Escolar é a primeira etapa da Educação Básica, motivo pelo qual o ME terá, obrigatoriamente, de encontrar soluções que garantam que não existirá prejuízo da aplicação das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Isto significa que o governo tem de assumir a responsabilidade de não relegar este setor de educação para uma mera função assistencialista, o que, no fundo, foi o que aconteceu no período em que os jardins de infância estiveram em funcionamento no mês de junho.

Fica a pergunta: se em junho, com um número residual de crianças, foi assim, como será em setembro? •



Gráfico 1



Este gráfico é bem claro de como a média de crianças por sala de JI não ultrapassou 9 ao longo das 4 semanas que durou o “regresso”

Gráfico 2

Percentagem de docentes testados

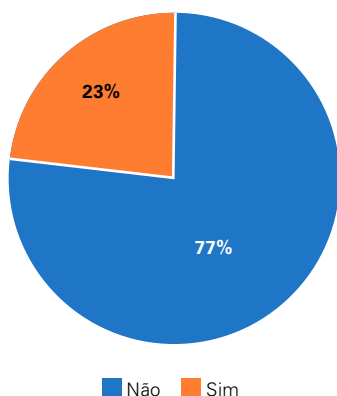


Gráfico 3

Quem testou no caso dos docentes

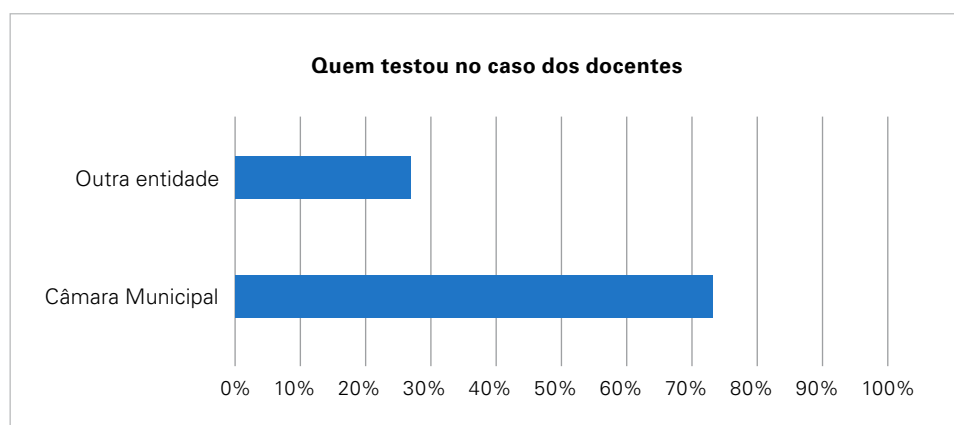


Gráfico 4

Procedimento de desinfeção/higienização do(s) estabelecimento(s)

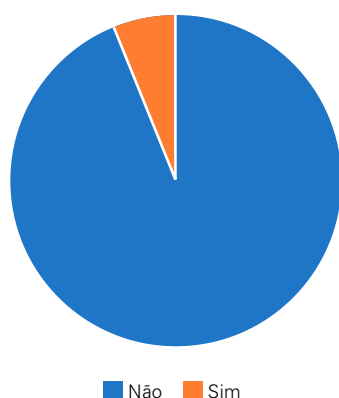


Gráfico 5

Intervenientes na desinfeção

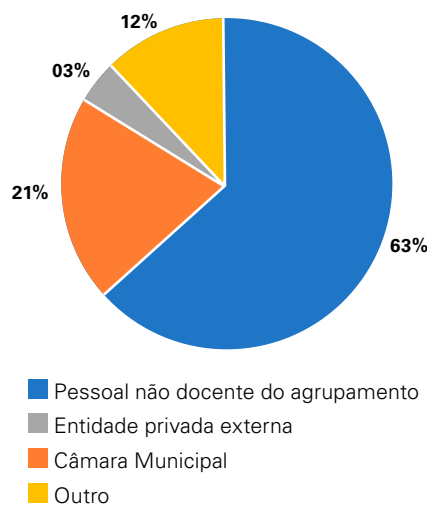
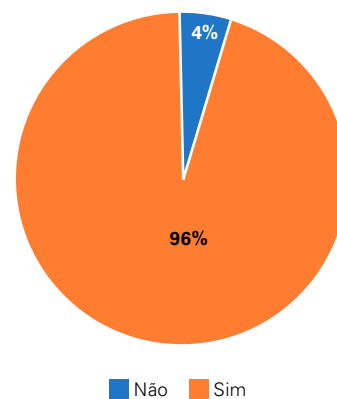


Gráfico 6

Fornecimento de EPI



Ficha técnica: Este questionário foi recolhido online, através do site www.fenprof.pt e das páginas dos sindicatos da FENPROF, entre 17 e 30 de junho, tendo os seus dados sido tratados através da validação das respostas de 483 educadores de infância, dos quais 407 pertencem ao subsistema público e 76 do privado, abrangendo todo o território nacional continental.

Propostas e reivindicações da FENPROF e dos docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico



Afinal, que tem o governo a propor aos docentes em regime de monodocência? Ou será que os professores apenas são lembrados em períodos eleitorais?

Em cima das últimas eleições legislativas, provavelmente temendo os efeitos das autoritárias políticas desenvolvidas pelo seu governo em relação aos professores (roubo de tempo de serviço, envelhecimento crescente sem medidas ao nível da aposentação, abuso no recurso aos vínculos precários e inaceitável desregulação dos horários de trabalho), Primeiro-ministro e ministro da Educação repetiram a promessa de, aos docentes em regime de monodocência, serem atribuídas outras funções nos últimos anos de atividade.

Este compromisso passou das palavras ao programa eleitoral e, deste, ao do atual governo, que refere: "Sem contrariar a convergência dos regimes de idade da reforma, encontrar a forma adequada de dar a possibilidade aos professores em monodocência de desempenhar outras atividades que garantam o pleno aproveitamento das suas capacidades profissionais".

Em 22 de janeiro de 2020, na única reunião convocada pelo Ministério da

Educação em que participou o ministro, a FENPROF tentou saber quais eram as propostas para concretizar aquele compromisso, só que, para além de uma reafirmação genérica e abstrata, nada foi esclarecido. Mais recentemente, em 25 de junho, de novo em reunião com a FENPROF, foi a vez de a Secretária de Estado da Educação reafirmar o compromisso, dado constar no programa do governo, mas também nada referiu de concreto. Acrescentou, apenas, que abrangerá os docentes com mais de sessenta anos.

Para professores e educadores e para a sua mais representativa organização sindical, a FENPROF, é necessário e urgente que o governo dê o passo seguinte, ou seja, apresente uma proposta concreta e inicie um processo negocial sério. Fica, contudo, já o aviso: a FENPROF discordará de "soluções" que, tal como acontece hoje em relação à aplicação do artigo 79.º aos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, tornem ainda mais exigente e cansativa a sua atividade, remetendo-os para a substituição de colegas em falta ou outras atividades que, na prática, também são letivas e, ainda por cima, obrigam à itinerância entre escolas do agrupamento.

Como diz o Povo, seria pior a emenda que o soneto!

A FENPROF e os seus Sindicatos têm propostas e reivindicações claras, construídas a partir das sugestões dos professores nas escolas, em reuniões, em conferências ou nos seus congressos, que constam da Carta Reivindicativa dos Docentes do 1º Ciclo, que já foi apresentada aos partidos políticos, aos grupos parlamentares e aos governantes.

A pandemia não pode servir para suprimir e não efetivar direitos

Em tempos de pandemia, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, tal como nos outros setores de educação e ensino, assistimos a um agravamento significativo das condições de trabalho dos professores.

Num tempo inesperado e para o qual ninguém estava preparado, os professores do 1º Ciclo estiveram, também, comprometidos com os alunos e suas famílias, na busca das melhores respostas. **Com crianças tão pequenas, esta tarefa foi muito exigente!** Assistiu-se, por isso, com o E@D, a um **agravamento significativo das suas condições de trabalho**, quer a nível dos horários, quer a nível de volume

de trabalho, perante inúmeras solicitações dos órgãos de gestão, alunos, encarregados de educação **reduzindo**, drasticamente, o **tempo pessoal, de descanso e de família**.

Um dos exemplos que tem contribuído para o aumento da burocracia é a exigência do preenchimento de inúmeros documentos, boa parte perfeitamente dispensáveis e destinados, quase só, a exercer um controlo remoto dos professores, em mais uma manifestação de desconfiança sobre o seu empenhamento e profissionalismo.

Em relação ao próximo ano letivo, deverão ser criadas todas as condições para o retorno ao ensino presencial, também porque a distância cavou desigualdades profundas entre alunos, prejudicando gravemente

a aprendizagem dos alunos. Porém, seja qual for o regime que venha a ser adotado, imposto pela situação epidemiológica do país, não será admissível que continuem a ser desrespeitados direitos laborais essenciais, como o horário de trabalho, o acesso aos instrumentos e equipamentos de trabalho ou, ainda, o fornecimento dos equipamentos de proteção individual adequados.

A partir de setembro, o Ministério da Educação não pode continuar a desresponsabilizar-se e a não criar condições para que sejam, efetivamente, implementadas as necessárias medidas de reforço pedagógico, a par de outras de segurança sanitária, o que implica normas

“

A FENPROF tem acompanhado a situação dos docentes do setor, reivindicando condições necessárias para o desempenho da sua atividade

excepcionais de organização das turmas e do trabalho a desenvolver, bem como um efetivo investimento na Educação. O que já foi anunciado pelo Ministério da Educação (imposto de forma autocrática) não responde a estas exigências. •

REIVINDICAÇÕES

Entre as reivindicações constantes na carta reivindicativa dos docentes do 1.º Ciclo e reafirmadas pelo 13.º Congresso da FENPROF, realizado em 2019, contam-se, entre outras:

- **Diminuição** do número de alunos por turma sendo estas constituídas por alunos de um só ano de escolaridade, nunca podendo – e apenas em situações absolutamente excecionais e devidamente fundamentadas – ir além de dois;

- **Respeito** pelo horário de trabalho, cuja duração deverá ser igual em todo o ensino básico, independentemente de eventuais adaptações à sua concretização;

- **Redução** efetiva e progressiva da componente letiva do horário de trabalho, nos termos definidos para os outros graus e níveis de ensino no artigo 79.º do ECD, devendo, no curto prazo, ser negociado um regime transitório de compensação para os docentes que, por razões de idade e

tempo de serviço já não poderão usufruir do mesmo;

- **Adaptação** do regime de docência às atuais exigências do complexo processo de ensino-aprendizagem, tendo por opção prioritária a constituição de equipas educativas;

- **Promoção** do debate há muito anunciado sobre a articulação ou, mesmo, eventual fusão dos dois primeiros ciclos do ensino básico, no âmbito de um processo mais geral de reorganização do sistema educativo;

- **Definição** clara do conteúdo das componentes letiva e não letiva do horário de trabalho, sendo, assim, eliminados os abusos que têm vindo a agravar-se ano após ano;

- **Aprovação** de um regime de aposentação (que não se confunde com qualquer processo de rescisão por mútuo acordo) que permita, de imediato e de forma voluntária, a saída, sem cortes no cálculo da pensão, de todos os que já completaram 60 anos, que, de outra forma, serão obrigados a continuar ao serviço durante mais seis anos e meio.

Como se confirma, a FENPROF tem propostas, exige que o governo as considere e exige, ainda, a abertura de um processo negocial que as tenha em conta. Se isso não acontecer, os professores se limitarão ao lamento ou à indignação digital, terão de lutar! De lutar na rua, se necessário à porta do Ministério da Educação ou do Primeiro-Ministro, na Assembleia da República, enchendo as galerias, e de denunciar junto dos pais e encarregados de educação, bem como de toda a sociedade, não só as condições de trabalho a que estão sujeitos, como a falta de palavra do governo. •



Ensino Secundário FENPROF questiona IGEC sobre fiscalização de eventual inflação de notas

A FENPROF solicitou informações à Inspeção Geral da Educação e da Ciência (IGEC) sobre a ação inspetiva relativa à fiscalização de eventual inflação de notas dos alunos do ensino secundário, no sentido de conhecer o teor da ação inspetiva em causa, designadamente as escolas em que a mesma iria ser desenvolvida, os procedimentos e os critérios adotados para aferir da eventual presença de situações de inflação de notas.

No ofício enviado ao Inspetor-geral, a FENPROF afirmava que, num momento tão difícil como aquele que foi e continua a ser vivido pelas escolas, merecendo destas as mais variadas respostas e formas de organização, será difícil uniformizar critérios de avaliação sem que se corra o risco de, com a intenção de promover a justiça, se cometerem graves injustiças.

A FENPROF recordou, também, que ainda está em falta a informação relativa às situações de desrespeito pelos limites legais dos horários de trabalho dos docentes e das quais, em 2019, foi apresentada queixa junto da IGEC, e mostrou-se disponível para que toda a informação solicitada seja prestada por escrito ou em reunião a realizar em data próxima. Até ao momento, a IGEC continua sem dar resposta a qualquer das questões colocadas. •

Escolas não podem pedir aos pais e encarregados de educação que avaliem os professores

A FENPROF enviou ao Secretário de Estado Adjunto e da Educação uma comunicação sobre os questionários elaborados pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas com o intuito de monitorizar o designado ensino a distância e que enviaram aos pais e encarregados de educação para que dessem a sua opinião sobre o mesmo. Em alguns desses questionários, constavam perguntas que constituem verdadeiros processos de avaliação dos professores e do seu desempenho e que são colocadas aos pais e encarregados de educação, o que não é legal, mas também não é legítimo.

Independentemente da opinião que os pais e encarregados de educação possam manifestar, há um problema de ilegitimidade de um questionário que integra perguntas destinadas a avaliar os docentes e que, eventualmente, até poderão vir a ser abusivamente utilizadas pelas escolas no processo de avaliação do desempenho dos docentes.

Recorda-se que a participação dos pais e

encarregados de educação na avaliação de desempenho dos docentes chegou a constar de um dos primeiros projetos apresentados pelo governo em 2008, tendo, contudo, sido abandonada essa possibilidade. Não seria aceitável que, de forma indireta, essa intenção fosse agora recuperada.

Assim, a FENPROF exortou o Ministério da Educação a informar todas as escolas que, no âmbito do processo de monitorização do E@D, estas não deverão colocar questões aos pais e encarregados de educação em que estes, respondendo, estejam, de facto, a avaliar os docentes. Deverá ser apurado se tal aconteceu e, se o fizeram, deverão as escolas anular tais questionários, uma vez que as respostas recebidas não poderão ser consideradas no âmbito da avaliação de desempenho de cada professor ou educador. •



Remoção do amianto das escolas

Despacho publicado em 23 de junho é importante, mas curto nos objetivos e não dá resposta às imposições de quadros legais superiores

A FENPROF esteve, desde a primeira hora e sempre, na primeira linha da exigência da remoção do amianto das escolas, tendo levado, pela primeira vez, à mesa das negociações a exigência de divulgação da lista de escolas com amianto em 2008. Daí para cá, sozinha ou convergindo com outras organizações, a FENPROF nunca desistiu da denúncia, da exigência e da luta pela remoção do amianto das escolas, e esteve em escolas, reuniu com câmaras municipais, com o governo, com grupos parlamentares, com a representação em Lisboa da Comissão Europeia, novamente com a ACT, com o movimento associativo de pais e de outros trabalhadores das escolas e com organizações que intervêm no plano do ambiente. Já em 2019, em conjunto com Associação Zero e MESA, a FENPROF apresentou uma queixa formal na representação em Lisboa da Comissão Europeia, voltou a reunir com os grupos parlamentares e promoveu e entregou na Assembleia da República a Petição “Pela remoção total do amianto das escolas públicas”. •

Despacho n.º 6573-A/2020, publicado em 23 de junho, deixa, ainda, muitas perguntas por responder

Este despacho, numa análise mais profunda, pode vir a constituir um passo de gigante na desresponsabilização do Ministério da Educação e do Governo nesta matéria, pois transfere a competência da remoção das coberturas de amianto das escolas para as autarquias, também é curto na identificação das áreas que foram consideradas para a elaboração da lista de escolas. Afirma-se no preâmbulo do despacho que “a lista de equipamentos a intervir” resulta de “um exercício de diagnóstico e identificação das escolas públicas onde ainda se verifica a presença de coberturas constituídas por placas de fibrocimento com amianto na sua composição”. Ou seja, uma vez mais, a identificação resultou da existência de coberturas, nada constando em relação ao restante amianto que se encontra no interior das escolas e que, com a mesma ou, até, maior facilidade pode contaminar o ar interior.

Esta tem sido uma questão para a qual a FENPROF sempre alertou, denunciando o facto de, por exemplo, nas escolas em que tem havido intervenções, o amianto ter sido removido apenas das coberturas, ou seja, do que se vê e não do que existe na totalidade, designadamente em tubagens ou em diversos pisos. O despacho parece, ainda, esquecer edifícios escolares onde há amianto, alguns dos quais têm merecido iniciativas diversas, por parte das comunidades educativas.

Continua, assim, por cumprir a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, que define a necessidade de promover a identificação da totalidade dos materiais com amianto, promoção de análises a concentrações de fibras respiráveis, avaliação do risco de exposição dos trabalhadores e ocupantes dos edifícios ao amianto, sinalização das situações prioritárias com a definição de medidas para prevenir ou minimizar a exposição, com a emissão de um plano de ação para o amianto.

Prazo esgotado

Também continua por cumprir a Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro, sobre a remoção de amianto nas empresas. O prazo já esgotou há meio ano e não se sabe quando é que será identificado o amianto em edifícios que incluem, na área da educação, os colégios privados e os estabelecimentos pertencentes a IPSS e Misericórdias. Ainda quando decorria o prazo, a FENPROF tentou, junto da CNIS e da União das Misericórdias, obter informação sobre esta matéria, mas não obteve resposta.

Recorda-se que o amianto é o agente carcinogénico responsável pelo maior número de mortes em meio laboral, pelo que a FENPROF continuará a exigir que se resolva, de uma vez por todas, o problema do amianto em Portugal. •



Quebra de normas de segurança sanitária nas escolas a partir de setembro

FENPROF solicitou reunião à Diretora-Geral da Saúde

A FENPROF solicitou uma reunião à Senhora Diretora-Geral da Saúde. Num período em que se prepara o início do ano letivo, a FENPROF vê com preocupação algumas orientações para a organização das escolas no próximo ano, designadamente a não obrigatoriedade de distanciamento físico entre os alunos, a não fixação de um número máximo de crianças em sala de jardim de infância (que poderá atingir as vinte e cinco), a dispensa de utilização de máscara no 1.º Ciclo ou o não resguardo de docentes de grupo de risco, só para dar alguns exemplos.

Não se pode ignorar que, nos últimos dias, têm sido muitos os casos detetados de crianças com Covid-19 e que não se prevê, como a FENPROF tem defendido, a realização de rastreio prévio ao regresso de alunos, professores e outros profissionais às escolas. Acresce que a própria OMS alterou a sua posição relativamente à transmissão da doença em espaço fechado, admitindo que a mesma aconteça por partículas que se mantêm em suspensão no ar.

Sendo a Direção-Geral da Saúde a entidade que estabelece as normas de segurança sanitária a observar em todos

os domínios da vida do país, a FENPROF decidiu solicitar esta reunião à responsável máxima para colocar as preocupações que lhe têm chegado dos professores e perceber os motivos desta diferença de tratamento entre cidadãos que vivem uma parte muito significativa das suas vidas em escolas e em ambiente fechado, e outros, de diferentes setores dos serviços ou da economia. Recordar-se que para o próximo mês de setembro, coincidindo com o 1.º período letivo e o regresso às escolas, os especialistas preveem o agravamento da situação epidemiológica no país. ●

Livros novos



Na atual situação epidemiológica, ainda mais se justifica que os alunos tenham acesso a livros novos: por um lado, por razões de segurança sanitária de quem tem de fazer a sua entrega e de quem tem de fazer a receção e todo o trabalho necessário à reutilização; por outro, porque os manuais serão necessários durante o período em que as escolas irão procurar compensar perdas que o ensino a distância

gerou e não consegue resolver. Acresce que a Assembleia da República já aprovou o adiamento da devolução dos manuais escolares, constituindo um inaceitável desrespeito do Ministério da Educação, por um órgão de soberania superior, uma eventual justificação jurídica (a lei ainda não foi publicada), face a uma decisão que já se sabe que ela conterà. Embora, no fundo, se trate de, apenas, mais uma manifestação de desrespeito das muitas que naquele ministério se praticam.

Outra questão é a que se prende com o processo de receção, verificação, seriação, triagem, limpeza, desinfecção, conservação e redistribuição dos manuais para serem reutilizados. O referido processo não se enquadra no conteúdo funcional docente,

contrariando o art.º 35.º do ECD. A manter a sua opção de reutilização de manuais, o governo poderá, por exemplo, criar centros de recolha, tratamento e distribuição de manuais, sediados nas escolas ou noutra lugar, ou de outra forma que entender, por exemplo, em colaboração com as autarquias.... Nunca deverá é ocupar docentes nesse processo.

A FENPROF exige que o Ministério da Educação tome medidas que ponham fim a este abuso e reclama do governo, já com efeitos no próximo ano letivo, a distribuição de manuais novos aos alunos, abrindo, desde já, o debate sobre a sua desmaterialização, medida anunciada no âmbito do programa escola digital, financiado por fundos comunitários. ●



Carreiras, salários e contratação de trabalhadores:

Valorizar os serviços públicos e as funções sociais do Estado! Não bastam aplausos para solucionar problemas!

DULCE PINHEIRO (membro do SN da FENPROF)

O país deve tudo aos seus trabalhadores. Em tempos conturbados como aqueles por que estamos a passar, esta afirmação fica mais que demonstrada. Demonstrado e reconhecido, até pelos mais céticos, é o importante papel desempenhado por aqueles que laboram na Administração Pública, fazendo funcionar os serviços públicos “Da Saúde à Escola Pública, dos Resíduos Sólidos às Finanças, das Forças de Segurança à Segurança Social, das Inspeções à Cultura, das Autarquias ao Estado Central, (...). Aliás são eles (os trabalhadores) que respondem, todos os dias, às necessidades dos milhões de pessoas que a eles (serviços públicos) recorrem.” Esta afirmação, contida na Resolução aprovada, por unanimidade, no Plenário realizado no passado dia 25 de junho, junto às instalações do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), promovido pela Frente Comum e que juntou mais de 2 centenas de dirigentes, delegados e ativistas sindicais, enquadra devidamente a fulcral importância

dos serviços públicos e, como tal, mais ainda se justifica que velhos problemas que se arrastam há anos e anos a fio, sejam resolvidos e deixem de ser encobertos, pelos governantes, atrás destes momentos difíceis que o país e o mundo atravessam.

Não nos peçam que fiquemos parados em casa quando estão em causa salários degradados, carreiras estropiadas, horários desrespeitados, precariedade que floresce, subfinanciamento dos serviços públicos!

Não nos peçam que fiquemos parados em casa quando se canalizam milhões e milhões para o grande capital, de que os 850 milhões de euros com que foi brindado o Novo Banco, em 2020, é só uma pequena amostra!

Não nos peçam que fiquemos parados em casa quando se acentua, ainda mais, a desigualdade e injustiça na repartição do rendimento nacional entre capital e trabalho.

Em tempo de pandemia, nem um direito a menos! O governo continua a querer substituir a valorização efetiva dos trabalhadores por pontuais aplausos, merecidos, mas

inconsequentes. Os trabalhadores da Administração Pública não se reveem nos anunciados pseudo-prémios para a área da saúde, ao mesmo tempo que se recusa a proposta de atribuição temporária de subsídio de risco aos trabalhadores da «linha da frente» durante a fase da pandemia, nem tampouco nas cínicas e embrulhadas afirmações de Tiago Brandão, em recente entrevista a um jornal, para os professores.

Os trabalhadores da Administração Pública “exigem respeito pelas suas reivindicações e soluções concretas para os problemas que identificam” e, por isso, no Plenário da Frente Comum, no dia 25 de junho, os Dirigentes, Delegados e Ativistas Sindicais presentes, aprovaram as exigências de:

“• O justo aumento dos salários e a dignificação das carreiras;

• A contratação imediata de trabalhadores em número adequado para garantir o funcionamento e o reforço dos Serviços;

• A valorização efetiva dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.”

Na certeza de que a necessária alteração de políticas passa também pelo reforço dos direitos dos trabalhadores, os presentes, afirmaram ainda o firme propósito de prosseguir o caminho da Luta, pois só esta garantirá a melhoria das condições de trabalho e o reforço das Funções Sociais do Estado que as populações precisam e merecem! •

Por razões de saúde pública, as escolas encerraram e, de um dia para o outro, a comunidade escolar foi envolvida no designado ensino a distância (E@D); a FENPROF deu voz aos professores para se pronunciarem sobre o ensino em teletrabalho e estes não ficaram pelas meias palavras.

O Ensino a distância (E@D)

As perceções e a(s)
palavra(s) dos professores



FENPROF • junho.2020

ÍNDICE

- [16] Sinopse
- [17] Caracterização do universo de respondentes aos questionários
- [19] Trabalho desenvolvido com os alunos
- [20] Alunos com necessidade de medidas não apenas universais
- [21] Desigualdades e superação de défices no processo ensino-aprendizagem
- [22] O nível de exigência do E@D para os docentes e a sua opinião sobre o apoio recebido
- [24] A(s) palavra(s) dos professores e dos educadores
- Ⓢ (26) Sobre o ensino a distância (E@D)
- Ⓢ (26) Ministério decidiu, mas não cuidou de criar condições
- Ⓢ (26) Teletrabalho faz disparar “sobretalho”
- Ⓢ (27) Professores “afogados” em burocracia
- Ⓢ (27) Cansaço, ansiedade, exaustão, stress... até desespero, invadem a vida dos/das docentes
- Ⓢ (28) Vida familiar difícil numa casa ocupada pelo local de trabalho
- Ⓢ (29) Professores temem violação da sua privacidade e queixam-se de intromissão na relação pedagógica com os alunos
- Ⓢ (29) E@D faz disparar desigualdades
- Ⓢ (30) Alunos com necessidades educativas especiais, em E@D, são ainda mais discriminados
- Ⓢ (31) Avaliação justa será difícil num ano com tantos défices
- Ⓢ (31) O Ministério da Educação avaliado pelos professores
- Ⓢ (32) Professores não querem palmas; continuam a exigir respeito e justiça!

SINOPSE

A FENPROF pretendeu saber a opinião dos professores sobre o teletrabalho ou, usando a designação oficial, o ensino a distância, para o qual os publicitários encontraram a sigla E@D, tentando passar uma ideia de modernidade, quiçá, a Educação do admirável mundo novo, que teria agora a oportunidade de se revelar.

As respostas dos professores não deixam dúvidas, com a opinião maioritária a resumir-se numa afirmação que se poderá tornar icónica: O ensino não é isto, nem nada que se pareça!

Apesar disso, os professores, como sempre, foram solidários com os alunos e colocaram ao seu serviço as casas, o computador, a Internet, o telemóvel e, até, a sua privacidade. Fizeram-no porque, desde cedo, perceberam que a tutela não estava a fazer a sua parte. Não a de emitir ordens, orientações, circulares, disposições, plataformas ou aplicações, pois essas têm jorrado em cascata, mas a de, atempadamente, criar condições efetivas para o que designou por E@D. Deixou cada um à sua sorte e todos por sua conta.

Nas respostas abertas, há dois tópicos que os professores destacam:

- **A desigualdade entre os alunos**, que se agravou, em alguns casos, perigosamente. Assinalam, como principais razões, a falta de apoios, que, para alguns, são absolutamente indispensáveis e, também, as questões de ordem social que, já tendo contornos graves, se tornaram ainda mais problemáticas, com dois milhões de trabalhadores a ficarem em layoff ou no desemprego. Esta situação tem forte repercussão no funcionamento das famílias, designadamente no acompanhamento dos filhos;

- **O desgaste dos professores**, que manifestam enorme cansaço, decorre de diversos fatores, que vão da necessidade de adaptação a um modelo inédito de atividade até ao facto de ser bastante mais complicado, estando distante, acompanhar todos os alunos e satisfazer as necessidades educativas específicas de cada um; contribui, ainda, para este desgaste o facto de a atividade profissional ter tomado conta de todas as horas do dia e, ao invadir a casa de cada professor, dificultar a sua indispensável e saudável separação da vida familiar.

Confirma-se que, a meio do terceiro período letivo, mais de metade dos docentes ainda não tinha conseguido contactar com todos os seus alunos; apesar disso, mais de dois terços avançaram novos conteúdos curriculares, impelidos que foram pelas direções de algumas escolas e pelo ministério da Educação; porém, de entre esses docentes, é significativo o número dos que afirmam não considerar esses conteúdos na avaliação que farão dos seus alunos. Conscientes dos défices que se verificarão no final do presente ano letivo, os professores consideram inevitável, em 2020-2021, tê-los em conta, tentar superá-los e reforçar os apoios pedagógicos aos alunos.

O próximo ano letivo, pelo menos no início, continuará condicionado por medidas de segurança sanitária, com implicação na constituição de turmas, no resguardo de doentes de risco, nos horários dos professores, na higienização de instalações, nas condições de trabalho e de segurança de toda a comunidade escolar, entre outros aspetos que terão de ser considerados nos diplomas relativos à constituição de turmas e à organização do ano letivo 2020-2021.

Mário Nogueira,
Secretário-Geral da FENPROF

Caraterização do universo de respondentes ao questionário

O levantamento promovido pela FENPROF, sob a forma de questionário, contou com 3.548 respostas validadas, que foram tidas em conta na elaboração deste documento. A participação dos professores teve lugar na primeira quinzena de maio, portanto, já com estes em teletrabalho há mês e meio / dois meses. É um número muito significativo de respostas, com uma natural prevalência do setor público (96,1% do total). Para além das perguntas de pesquisa, com resposta de escolha múltipla, aos professores foram pedidos contributos / apreciações em pergunta aberta, tendo estes correspondido ao pedido formulado.

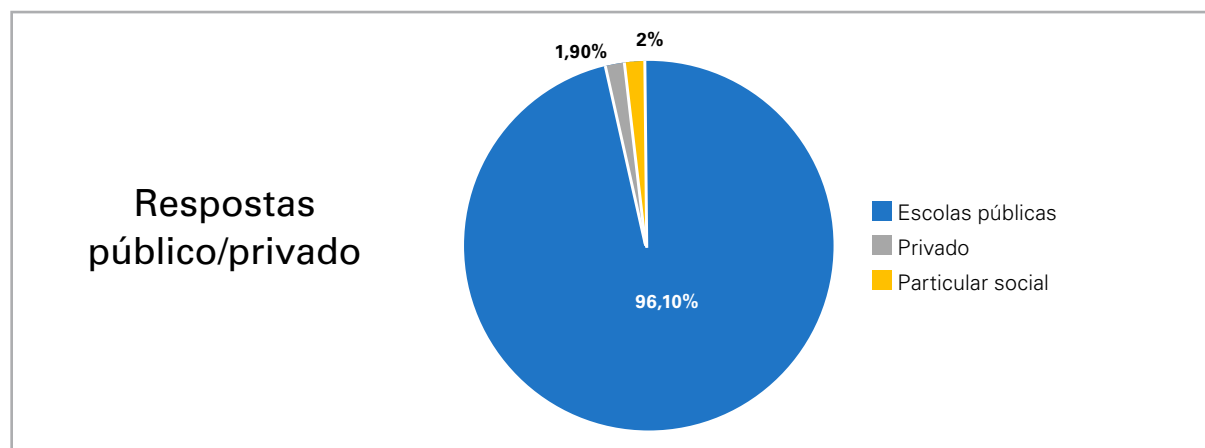


Gráfico 1: Distribuição percentual dos respondentes por setor de origem: público, particular e cooperativo ou social

Se considerarmos a participação por grau/nível de ensino de origem dos docentes, verificamos que esta acompanha a que existe no terreno, como confirmam as últimas estatísticas oficiais da Educação, relativas a 2018. Destes docentes, 5,4% encontram-se em grupos de recrutamento da educação especial; 10,4% lecionam cursos do ensino profissional; 2% encontram-se em escolas de ensino artístico especializado.

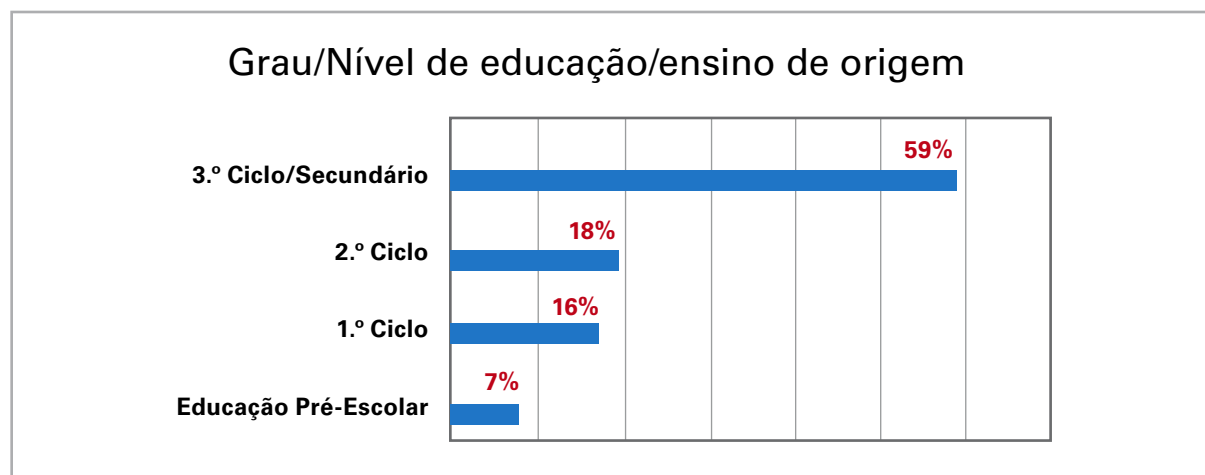
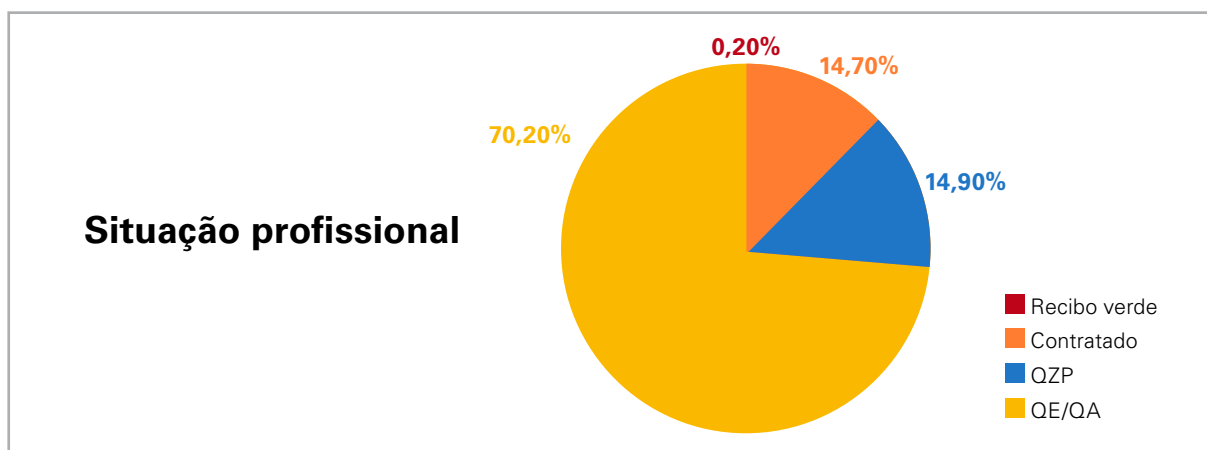
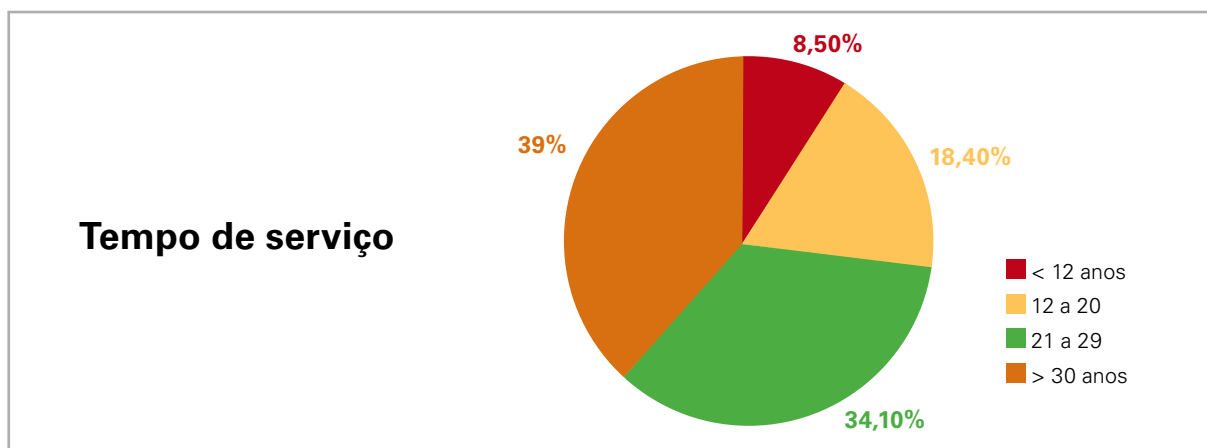
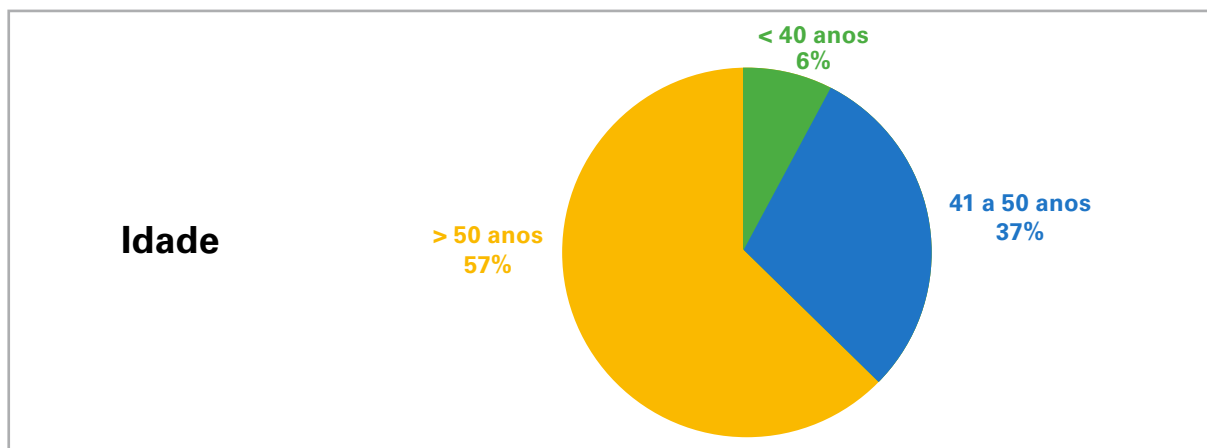


Gráfico 2: Distribuição percentual dos respondentes por grau/nível de ensino a que pertencem

Há três elementos muito importantes nesta caraterização: idade dos respondentes, tempo de serviço e situação profissional. Relativamente à situação no terreno, não se verificam grandes desvios: há uma forte participação de professores e educadores com 50 ou mais anos, grupo etário que, nas escolas, prevalece, por ausência de medidas que contribuam para o rejuvenescimento do corpo docente; em relação ao tempo de serviço, há uma natural correspondência à idade dos professores, com o maior grupo a

trabalhar há mais de 30 anos, seguido, de imediato, do grupo que tem entre 21 e 30 anos de serviço, não indo muito além dos 25% os que têm até 20 anos de serviço, muitos deles ainda contratados; a situação profissional dos respondentes também está em linha com a que existe no sistema. Os pouquíssimos respondentes que se encontram a “recibo verde”, ou seja, que se encontram em regime de prestação de serviço, correspondem a professores que trabalham nas AEC. O número real destes docentes é bastante mais elevado do que fariam supor as respostas recebidas, o que confirma que muitos destes docentes não se identificam com uma profissão que continuam a ser impedidos de exercer, apesar de o rejuvenescimento ser um dos principais desafios da profissão docente, contrariado, porém, por sucessivas políticas governativas.



Gráficos 3, 4 e 5: Distribuição dos respondentes por idade, tempo de serviço e situação profissional

Trabalho desenvolvido com os alunos

Os professores recorreram, de uma forma geral, a plataformas digitais e e-mail para contactar os alunos, no primeiro caso para trabalhar em grupo, no segundo para o envio de literatura e documentos de apoio e reforço das aprendizagens ou para a receção de trabalhos, entre outros elementos considerados importantes, designadamente para avaliação dos alunos. A utilização do suporte de papel destinou-se, principalmente, a garantir o contacto com alunos que não tinham computador e/ou acesso à Internet. É também de assinalar que em relação a alunos de grupos etários mais baixos (até aos 12 anos), em que a autonomia digital é muito limitada ou mesmo inexistente, tem sido necessário o acompanhamento permanente das crianças por parte de um adulto, o que nem sempre acontece. Este problema também se verifica em relação a alunos com problemáticas complexas e baixo nível de funcionamento autónomo. Para todos estes casos o recurso a materiais em suporte de papel foi, por norma, a opção dos professores.

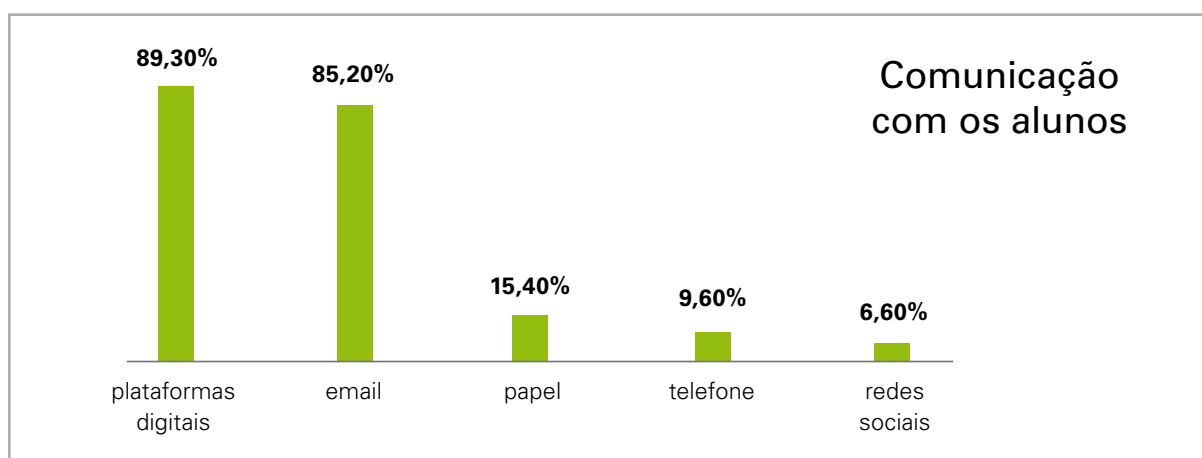


Gráfico 6: Recursos utilizados para contacto com os alunos

Até meados de maio, ou seja, a meio do terceiro período letivo, mais de metade dos docentes ainda não tinha conseguido contactar com todos os seus alunos. Não estavam contactáveis pelos meios que impunham a utilização de computador e/ou Internet, mas também não tinham conseguido estabelecer outro tipo de contacto, o que, aparentemente, denunciava um total alheamento em relação à escola. Posteriormente, em alguns casos, foi possível estabelecer contacto com alguns desses alunos, para o que foi importante a colaboração das autarquias; contudo, a maior parte deles, mesmo a partir daí e conforme testemunho dos respetivos professores, não manteve uma participação regular na atividade letiva desenvolvida a distância.

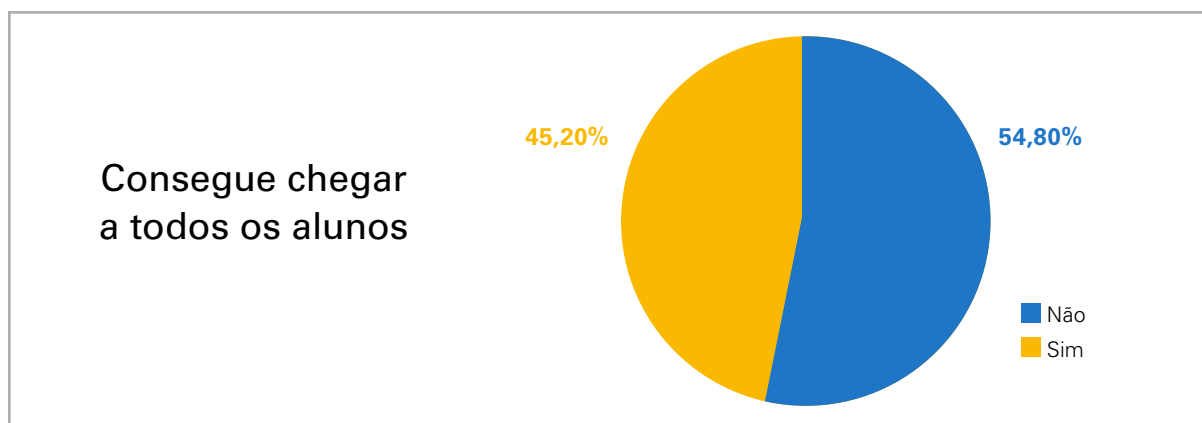


Gráfico 7: Distribuição dos respondentes consoante tenham ou não conseguido contactar a totalidade dos seus alunos

Apesar da situação desigual dos alunos no acesso e acompanhamento das atividades letivas a distância, as orientações do Ministério da Educação foram no sentido de os professores avançarem com novos conteúdos curriculares para que se cumprissem, na íntegra, os programas. A pressão exercida sobre as escolas e, por estas, sobre os professores, levou a que mais de dois terços o fizessem, mas, ainda assim, uma significativa percentagem, na ordem dos 30%, limitou-se a reforçar conteúdos que já tinham sido trabalhados em sala de aula. Do conjunto de docentes, só 47,8% afirma que irá avaliar novos conteúdos, bem abaixo dos que afirmam ter avançado na matéria...

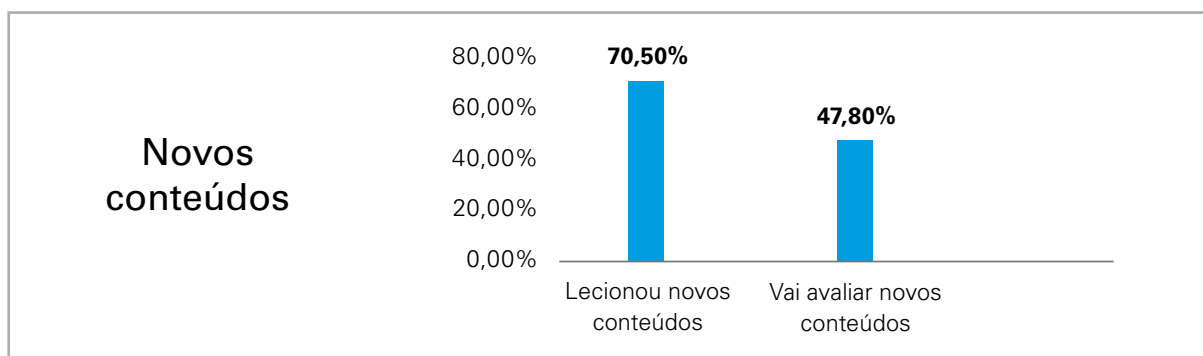


Gráfico 8: Lecionação de novos conteúdos e sua relevância para a avaliação dos alunos

Alunos com necessidade de medidas não apenas universais

Por norma, as escolas têm alunos com necessidades educativas especiais, designação que o regime de inclusão previsto no DL 54/2018 eliminou, mas, como se sabe, os problemas não se resolvem por mera disposição legal e a regra, também neste caso, impera. Porém, adotando a nova nomenclatura, os elementos recolhidos permitem afirmar que todas as escolas e mais de três quartos dos docentes têm alunos que necessitam de medidas seletivas e/ou adicionais. O quadro 1 confirma essa realidade.

	Na escola	No conjunto dos docentes	Docentes de grupos de Educação Especial
Alunos com medidas seletivas e adicionais	99%	76%	5,4%

Quadro 1: Alunos com medidas seletivas e adicionais (necessidades educativas especiais) e docentes de Educação Especial

O gráfico 9 demonstra a perceção dos docentes relativamente à adequação das medidas de apoio que estão a ser disponibilizadas aos alunos. O número dos que afirmam serem adequadas é superior ao dos que consideram o contrário, todavia, o dado mais relevante é o desconhecimento de quase metade dos professores em relação às medidas que terão sido adotadas, o que sugere que, após o encerramento das escolas, houve uma quebra de contacto entre os docentes das turmas e os de educação especial. Este afastamento resulta, fundamentalmente, do facto de os professores, a partir do momento em que teve lugar uma tão brusca rutura com o regime presencial, terem sido envolvidos, na maior parte dos casos por sua própria iniciativa, na aprendizagem do trabalho em meio digital e na procura de métodos de ensino adequados a esse novo contexto. A fase seguinte centrou-se no estabelecimento de contactos com todos os alunos e na procura de meios alternativos de trabalho, consentâneos com

os recursos que cada aluno tinha à sua disposição. Não houve, pois, um descomprometimento dos professores, confirmou-se foi que o ensino a distância, como afirma adiante um professor, não está em sintonia com a inclusão. Sem surpresa, a distância escava fossos que dificultam o encontro e esse é chave mestra da inclusão.

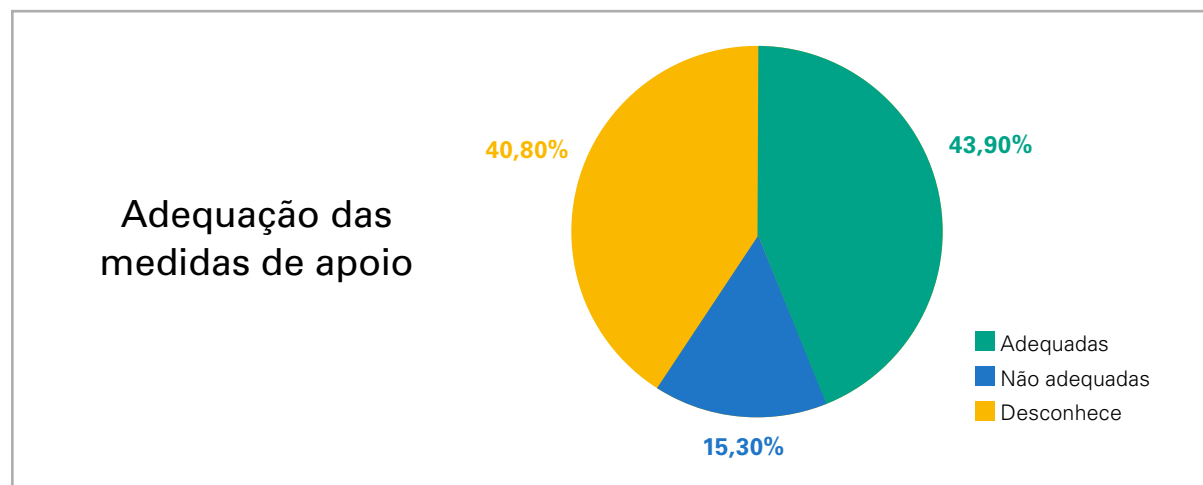


Gráfico 9: Adequação das medidas de apoio a alunos com necessidades educativas especiais

Apesar do esforço feito por todos, em particular escolas, professores, alunos e famílias, as respostas a este questionário confirmam que as desigualdades se agravaram. Essa é a opinião de 93,5% dos docentes. E uma percentagem da mesma ordem (92,9%) considera que, no próximo ano letivo, será necessário agir de forma a superar os défices do que ainda não terminou, pois, por maior que seja o empenhamento de cada um, o resultado final ficará sempre aquém do pretendido para condições normais. Esse é um – mais um, entre muitos – aspeto desfavorável a um modelo de ensino desenvolvido a distância.

Desigualdades e superação de défices no processo ensino-aprendizagem

	Sim	Não
Desigualdades agravaram-se	93,5%	6,5%
Superar défices no próximo ano letivo	92,9%	7,1%

Quadro 2: Agravamento das desigualdades e necessidade de superar défices no próximo ano letivo

Nas suas respostas, os professores consideraram importante que o período de férias não fosse reduzido ou anulado. Num ano que foi muito exigente, professores, como trabalhadores não docentes das escolas e alunos, depois do esforço realizado, necessitam de recuperar forças e ânimo para enfrentarem o ano letivo seguinte, cuja organização ainda não é clara, pois tudo dependerá da situação epidemiológica que se verificar em setembro ou, até, um pouco mais tarde. Entendem, contudo, como se confirma no quadro 2, ser necessário superar os défices do ano letivo 2019-2020 e, perante as hipóteses que têm sido aventadas, não hesitam em afirmar que a solução deverá passar pela integração, no próximo ano letivo, de conteúdos que deveriam ter avançado este ano e reforço dos que avançaram, sobretudo após encerrarem as escolas.

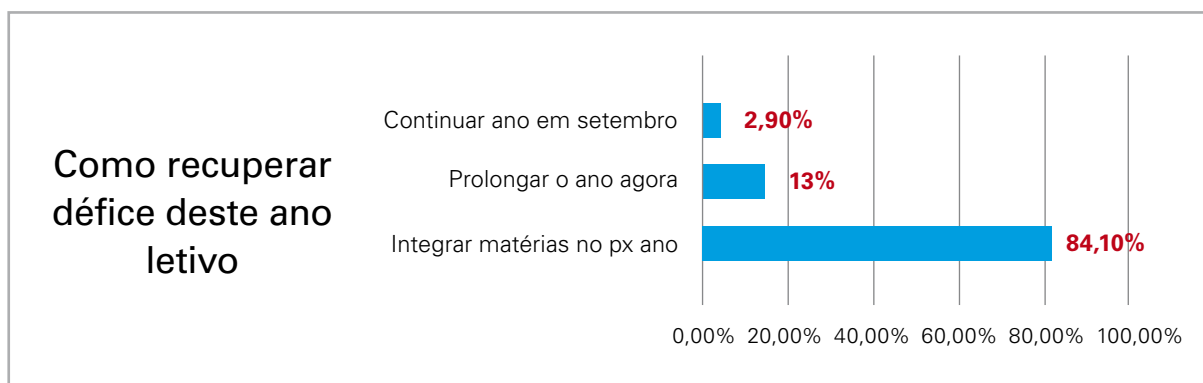


Gráfico10: Como / quando recuperar défice deste ano letivo

O nível de exigência do E@D para os docentes e a sua opinião sobre o apoio recebido

Quase 2/3 dos docentes considera que o ensino a distância tem um grau de exigência maior do que o presencial, principalmente pela necessidade de, após as sessões síncronas, estabelecer contactos individualizados que terão de ser através do e-mail ou do telefone, o que leva a que, muitas vezes, tenham de permanecer até muito depois daquelas sessões, a desenvolver esses contactos.

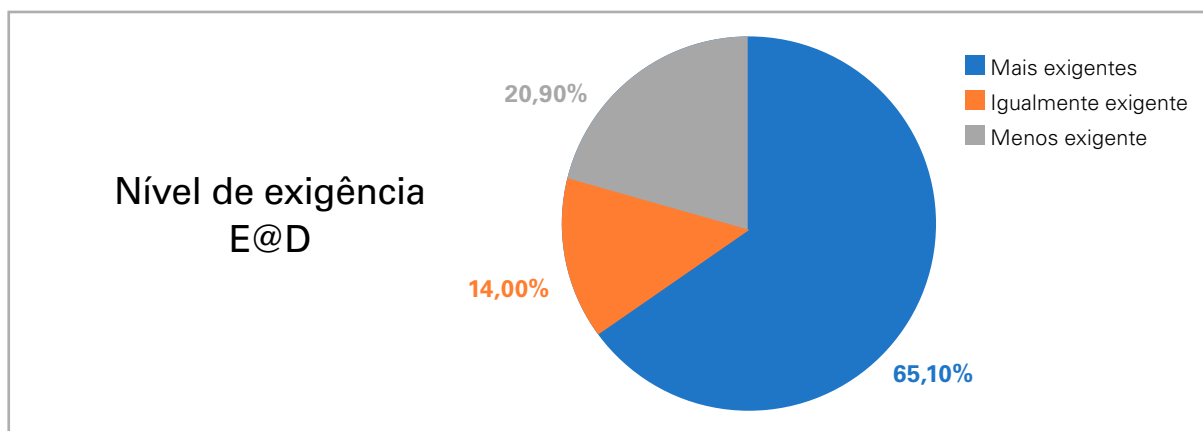


Gráfico11: Percepção sobre o nível de exigência do E@D para os docentes

Para os docentes de alunos de escalões etários mais baixos (até aos 12 anos – Educação Pré-Escolar, 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico), a falta de autonomia da maioria das crianças na utilização dos recursos de ensino a distância, cria dificuldades acrescidas, pois impõe a presença de um adulto, por norma, familiar, que faz o acompanhamento da atividade e a mediação entre o aluno e o professor. Aumenta, por isso, a necessidade de contacto direto com pais e encarregados de educação que, trabalhando, só à noite ou no fim de semana muitos deles estão disponíveis para contactar com os professores.

Para estes níveis de educação e ensino, o recurso à televisão, para acompanhamento das sessões de #EstudoEmCasa, foi positivo; aliás, referem esse como o único apoio positivo que o Ministério da Educação lhes fez chegar. Quanto ao resto, como é repetido nas respostas abertas, é burocracia e são plataformas cujo preenchimento indicia mais a intenção de controlar do que a necessidade de apoiar.

A maioria dos que consideraram “Insuficiente” o #EstudoEmCasa fizeram-no, principalmente, pela falta de informação prévia adequada sobre os conteúdos de cada emissão e, também por isso, a dificuldade em preparar devidamente a atividade direta com os alunos, aproveitando melhor o seu teor. Não o fizeram por um eventual desempenho menos positivo dos seus colegas.

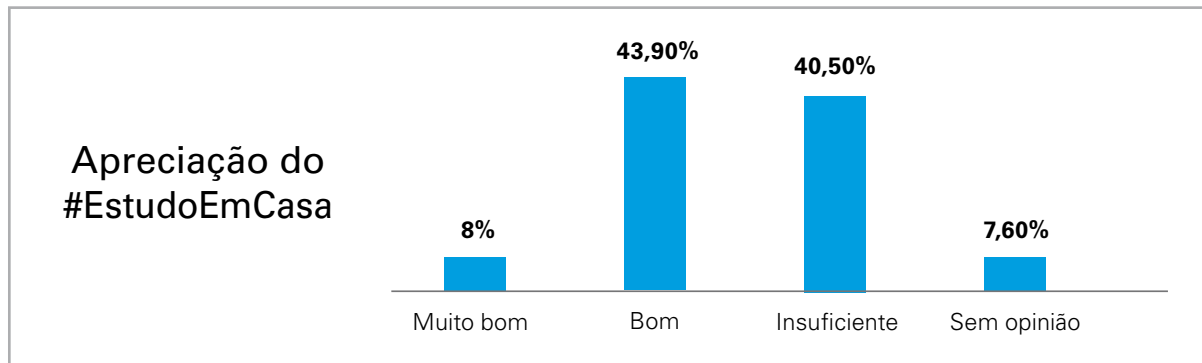


Gráfico12: Apreciação do #EstudoEmCasa

Os professores consideraram ainda, maioritariamente, como positivo o apoio prestado pelas escolas e pelos pais e encarregados de educação. Em relação às autarquias (câmaras municipais e juntas de freguesia) a maioria diz desconhecer o apoio que poderá ter sido dado. Já em relação ao ministério da Educação, professores e educadores não têm dúvidas: não deu o apoio a que estava obrigado e que se exigia dos seus responsáveis, em particular do ministro. Esta é a opinião de cerca de 60% dos docentes, não atingindo os 20% aqueles que consideram ter sido adequado o apoio prestado pelo Ministério da Educação.

Nas respostas abertas, esta apreciação crítica é retomada, com muitos docentes a afirmar que soaram a hipocrisia os elogios que ouviram de governantes, pois não esquecem a forma como têm sido desrespeitados e desconsiderados pelo governo em aspetos essenciais da sua vida profissional, tais como: a carreira e o tempo de serviço que continua a ser roubado; os horários de trabalho, que não respeitam os limites legalmente fixados; o envelhecimento, que já deveria ter sido atalhado com a aprovação de um regime excecional de aposentação; a precariedade, uma chaga que se arrasta há anos para milhares de docentes e que, no final de cada ano letivo, faz agitar o espectro do desemprego. E se as escolas precisam de professores jovens...

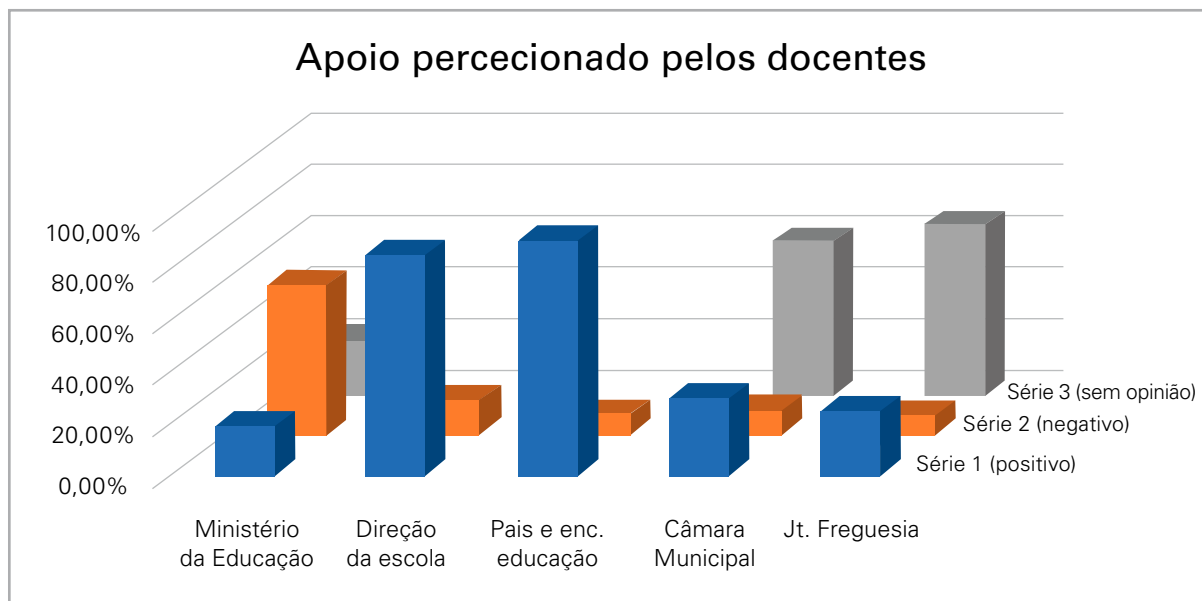


Gráfico13: Apoio percecionado pelos docentes por entidade

	(Série 1) Positivo	(Série 2) Negativo	(Série 3) Desconhece; S/ opinião
Ministério da Educação	19,3%	58,9%	21,8%
Direção das escolas/AE	86,5%	13,5%	–
Pais e enc. educação	91,5%	8,5%	–
Câmaras Municipais	30,1%	9,6%	60,3%
Juntas de freguesia	25%	7,8%	67,2%

Quadro 3: Apoio percecionado pelos docentes (legenda ao Gráfico 13)



A(s) palavra(s) dos Professores e dos Educadores

O que afirmam, escrevendo em resposta aberta, os professores sobre o E@D: o que sentem, o que pensam, como o veem e o que mais os preocupa. À cabeça surgem as preocupações com a desigualdade entre alunos, que se acentua, e o enorme desgaste que confirmam estar a tomar conta de si. E enfatizam: “O ensino não é isto, nem nada que se pareça!”.

Para além das opções dos professores e dos educadores relativamente às questões que lhes foram diretamente colocadas, este questionário permitia que, de forma aberta, pudessem manifestar as suas preocupações, dificuldades, reclamações e propostas. Esse espaço foi aproveitado e acaba por abrir mais um leque de assuntos que, não tendo sido colocados inicialmente, constituem um contributo importante para que se compreendam as percepções dos professores e dos educadores, por norma, construídas pelas suas vivências neste E@D.

Regista-se a compreensão da grande maioria dos docentes em relação à necessidade de manter o contacto com os alunos, mas é muito crítica a apreciação à forma como todo este processo foi gerido, principalmente pelo Ministério da Educação. E são muitos os que não hesitam em afirmar que o E@D pode ter sido uma alternativa num tempo em que a saúde pública impôs o encerramento das escolas, mas alertam que este não pode ser o caminho, contrariando eventuais tentações de, no futuro, enveredar por ele.

Os professores contestam o facto de, ao ser tomada a decisão pelo Governo, não ter havido a preocupação de perceber os níveis de (i)litteracia digital dos docentes, mas também dos alunos e das suas famílias, como não houve qualquer preocupação em saber se, uns e outros, tinham os recursos necessários para o desenvolvimento de atividade em regime de teletrabalho. Do Ministério da Educação chegavam orientações que partiam do princípio de esses serem problemas resolvidos. Mas não estavam e muitos docentes foram obrigados a adquirir equipamentos informáticos, ou por não os terem ou por terem de partilhar os existentes em casa com outros membros do agregado familiar que também se encontravam em teletrabalho. Algumas escolas disponibilizaram o que nelas existia, só que, para a atividade que é necessário desenvolver, o seu parque informático não dá resposta, por já ser anquilosado.

Afirmam ter atingido um muito elevado estado de exaustão, dado o excesso de trabalho que lhes é imposto, boa parte de natureza burocrática. Aqueles que, às aulas, somam funções de direção de turma referem que são quase 24 sobre 24 horas no contacto com alunos, colegas e encarregados de educação.

O trabalho que os professores hoje desenvolvem ocupa quase integralmente a sua vida e, em definitivo, transformou as suas casas em local de trabalho. É a própria vida familiar que é posta em causa, com filhos e, não raras vezes, pais para acompanhar e apoiar que vão ficando para segundo plano.

No que diz respeito aos aspetos laborais, os professores queixam-se de desrespeito, que se acentuou, pelos limites legalmente fixados do horário de trabalho; mas também não esqueceram a carreira, a necessidade de serem tomadas medidas que deem resposta ao indispensável rejuvenescimento do corpo docente e a necessidade de serem criadas condições de estabilidade dos mais jovens

que, mesmo com um número significativo de anos de serviço, continuam a debater-se com o problema da precariedade.

Preocupados com a exposição a que professores e alunos se sujeitam no meio digital e também com a ingerência mal disfarçada de adultos na atividade dos alunos, as principais preocupações dos professores vão, precisamente, para estes.

Para os professores, as desigualdades aprofundaram-se, aos alunos com necessidades educativas especiais faltam apoios sem os quais as suas dificuldades aumentam e são muitos os que temem que, num contexto destes, a avaliação acabe por ser injusta. Confirmam que se chega ao final do ano letivo com um défice significativo de aprendizagens e que a organização do próximo não o poderá ignorar.

São cáusticos em relação a elogios de governantes que se ouviram nestas últimas semanas. Dizem que não foram mais [nem menos] profissionais do que habitualmente, pois dão sempre o seu melhor, de acordo com as exigências que cada situação coloca. Lamentável é que, acrescentam, só nestes momentos se oiçam elogios que, por isso, soam a hipocrisia e falso reconhecimento. Antecipam que, quando tudo voltar à normalidade, também regressará a normal atitude de desrespeito dos governantes em relação aos professores. Se assim for, não se espere que os professores fiquem de braços cruzados.

Dos mais de dez mil comentários que foram feitos nos diversos espaços abertos do questionário, selecionaram-se os que sintetizam o sentimento geral manifestado. Relativamente a cada item, é destacada uma frase, escolhida pela sua acutilância, clareza e objetividade.

Uma breve nota de atualização, que continua a ter em conta a opinião dos professores: a reabertura de estabelecimentos de educação e de ensino (escolas secundárias, parcialmente, em 18 de maio e jardins de infância no dia 1 de junho) não veio resolver nenhum dos problemas identificados na sequência deste questionário. As **desigualdades continuam a acentuar-se**, desde logo porque nem todos os alunos e crianças estão presentes nas aulas ou atividades (não compareceram cerca de 10% no secundário e na educação pré-escolar acima de dois terços) e, no caso do secundário, a forma de organização é muito diversa, com alunos a ter todas as aulas previstas no currículo e outros apenas metade; quanto aos **docentes, o elevado nível de cansaço não se atenuou**, até porque novos fatores se acumularam aos anteriores, tais como a necessidade de chegar aos alunos ausentes, a coexistência de teletrabalho ou a preocupação com o contágio que, involuntariamente, pode ter lugar nas escolas / jardins de infância, que poderia ter sido atenuada se o governo, antes de reabrir os estabelecimentos, tivesse realizado um rastreio à Covid-19 na comunidade escolar. ●



Sobre o ensino a distância (E@D)

“O ensino não é isto, nem nada que se pareça.”

*“Por muita tecnologia que exista e se possa utilizar, **nada substitui o ensino presencial.** Para ensinar a pregar um prego é sempre preciso o martelo, o prego e SENTIR todo esse processo, mesmo que se magoe o dedo. Pode ser uma metáfora, mas é uma metáfora bem real”.*

*“Ainda que considerássemos as medidas do governo como as possíveis face à nova realidade, digamos que é um **penso pequeno para uma ferida muito grande.**”*

“O processo de ensino-aprendizagem requer muito mais do que umas aulas virtuais, sejam elas televisionadas, “YouTubizadas” ou “Classroomizadas”, e se não formos francos em relação a isto, estaremos a enganar os alunos e as suas famílias e a deixar que nos enganem”.

*“Gosto de ser professora, de estar na escola e olhar os meus alunos nos olhos e de perceber com um olhar as angústias e os receios, as dificuldades e os constrangimentos. **Tenho uma opinião muito desfavorável** em relação a tudo isto, não porque sou retrógrada ou antiquada, mas apenas porque houve uma pressa muito grande em “montar” este espetáculo digital sem ter em atenção que não vamos chegar a todos os alunos. Na minha opinião, solução que não chega a todos não é solução”.*

*“...**faltam** dinâmicas mais funcionais, orientações mais precisas e claras, faltam recursos, faltam meios, faltam competências... falta tempo... falta preparação e, às vezes, bom senso...”.*

*“**Só o ensino presencial permite** instruir, mas também formar cidadãos; diluir as desigualdades sociais, como inscreve a Constituição”.*

*“Os resultados a obter pelo E@D **não serão nunca proporcionais ao esforço** realizado pelos docentes”.*

*“**Nada substitui a atividade presencial.** Aulas só existem com a presença física de alunos e professores”.*

*“Este modelo promove a atomização do indivíduo, estimula o negócio das tecnologias de comunicação e das ditas redes sociais. **Talvez seja a antecâmara do admirável mundo novo, povoado por robots de carne e osso**”.*

*“A tentativa de reproduzir à distância os mecanismos do ensino presencial, violou os direitos dos alunos, dos professores e das famílias de forma sistemática e imponderada. **Ludibriou os alunos e as famílias.**”*

Ministério decidiu, mas não cuidou de criar condições

*“O Ministério contou com os recursos de cada professor, sem que nada fizesse para resolver essa situação. **Querem fazer flores com o material dos professores**”.*

*“Muitos de nós tivemos de adquirir novos computadores compatíveis com as plataformas, novos pacotes de Internet e nem sequer **podem essas despesas ser dedutíveis em sede de IRS**”.*

*“Preocupações? **O meu PC está prestes a dizer que chega e a entregar a alma ao criador. Pago eu um novo? E depois outro? E outro?**”.*

*“Todos os recursos utilizados por mim foram **comprados/pagos... por mim:** computador, internet e telefone. Nunca ninguém me perguntou se eu queria ou podia utilizar o meu computador e/ou telefone... marcaram as aulas síncronas sem ouvir os professores. Em casas com computadores partilhados é um problema”.*

*“Equipamentos informáticos das escolas estão obsoletos: não podemos chamar-lhes computadores mas sim **computossauros.**”*

*“Não tinha o conhecimento, nem preparação necessárias para lidar com muitas das ferramentas digitais. Por outro lado, também não tinha o equipamento digital apropriado. Tinha um computador obsoleto, totalmente incapaz de fazer frente às novas exigências. **Ninguém me ajudou** nesse aspeto”.*

*“**Onde estão os suplementos** para luz, internet,*

chamadas telefônicas (+ de 10 horas de chamadas de telemóvel para assuntos da escola), impressora...?”

“O otimismo em torno do E@D, por parte do ME, reflete um desconhecimento geral acerca das limitações existentes nas escolas, um ignorar da faixa etária dos seus docentes e das dificuldades que muitos evidenciam no uso das TIC, desvalorização da sobrecarga de trabalho que a implementação e manutenção do E@D representa para os professores e o abuso, por parte da tutela, que nos “obriga” a usar os nossos equipamentos pessoais (dos quais pagámos impostos) e as **nossas contas pessoais** de telefone, telemóvel e internet, bem como do acréscimo do consumo de eletricidade, sobre os quais também pagamos impostos.”



Teletrabalho faz disparar “sobretalho”

“A **sobrecarga de trabalho é assustadora e doentia**, como se os professores, por permanecerem em casa, tivessem de estar 24h disponíveis para a escola.”

“Nem há a noção da **quantidade de trabalho** que um professor tem tido, entre grelhas, grelhinhas, alterações de planificações, reuniões por videoconferência... algumas marcadas no próprio dia.”

“Neste momento o nosso trabalho é **sete dias na semana** e nem dormimos 6 horas.”

“Com os nossos meios pessoais ao serviço do ministério (Net, PC, etc.) e sem horário para trabalhar, estamos ao serviço da direção do Agrupamento o tempo todo. Quando regressarmos à Escola, receio que, alegando motivos de prevenção e cuidados sanitários, nos coloquem os panos de limpeza e vassouras nas mãos!!!”

“O **trabalho docente triplicou**. Os alunos procuram-nos a toda a hora e todos os dias recebo pedidos de esclarecimentos e trabalhos enviados às 23 ou 24 horas... Deixaram de existir fins de semana e as jornadas de trabalho chegam frequentemente às 12 e 14 horas/ dia.”

“Preocupa-me o **excesso de tarefas** que são pedidas e a qualquer hora do dia e da noite; demasiados e-mails (receber e enviar) da direção, diretores de turma, colegas, alunos, encarregados de educação... Reuniões a toda a hora...”

“Tem sido muito complicado, com **muito trabalho extra**. Com 150 alunos, com turmas de alunos com NEE, 64 anos de idade e aprendizagem (turbo) do ensino à distância.”

“Tenho andado a **trabalhar em média 12 horas por dia**, incluindo a interrupção letiva. Na primeira semana do 3º período, tive aulas e reuniões de departamento, grupo e CT (7) em simultâneo. Isto, para além de ter de preparar os materiais para as “aulas” dos alunos e carregá-lo nas Classrooms.”

“O **horário de trabalho dos professores está a ser significativamente violado** por entidades superiores. Não há respeito por horários de trabalho.”

“Ainda é cedo para fazer um balanço, mas do que vejo, parece-me um sistema bastante **perigoso em tudo o que respeita a relações laborais**, muito em particular no que respeita a horários de trabalho e à vida familiar. Para muitos diretores o estado de emergência e o momento atípico que vivemos justificam todos os atropelos à lei.”

“Enquanto diretora de turma com 7 turmas distribuídas por 2 níveis de escolaridade e 2 disciplinas (o que perfaz 14 turmas), **vejo-me afogada em trabalho**.”

“Antes da pandemia já não eram respeitadas as horas de trabalho docente (tempos letivos e não letivos), **agora ainda está a ser pior**. As reuniões multiplicam-se e há reuniões marcadas à uma da manhã para as nove e meia desse mesmo dia...”

“É de facto bastante mais exigente, **ridiculamente mais exigente!** Sem horários, sem dias de descanso, com rajadas de e-mails a qualquer hora do dia (hoje recebi um às 3 da manhã!!!).”



Professores “afogados” em burocracia

“**E a burocracia que nos pedem?** Para quê se os registos estão na plataforma, entra-se às 8 horas e, muitas vezes, à uma da manhã ainda estamos a receber e-mail com burocracia e mais burocracia para preencher... somos PROFESSORES!”

“**Demasiados papéis**, uma logística tremenda.”

“Houve um **acréscimo de burocracia** o que rouba ainda mais tempo ao que é mesmo importante: preparar aulas.”

“**Excesso burocrático**, que não se coaduna com o mundo virtual/digital.”

“**Os professores já não estão a “afogar-se” em papéis, evoluímos... Agora é em tutoriais sobre plataformas digitais, recursos digitais que crescem como cogumelos, emails com orientações e, logo a seguir, retificações...**”

“**O tempo gasto** para preencher, semanalmente, os registos das aulas (síncronas e assíncronas) é muito grande, excessivo.”

“Andamos nós, os professores, sobrecarregados com **tarefas burocráticas e “papeladas” (digitais a maioria) inúteis.**”

Cansaço, ansiedade, exaustão, stress... até desespero, invadem a vida dos/das docentes

“Encontro-me a trabalhar cerca de 60-70 horas por

semana, pois para além de ser docente integro vários órgãos na escola, coordenações, EMAEI... Ao mesmo tempo tento dar apoio ao meu filho nas atividades escolares dele, que são muitas. **Não será suportável muito mais tempo.**”

“**As pessoas estão à beira da exaustão.** A adaptação está a ser muito difícil e a frustração também, pois não estou preparada para, em tão pouco tempo, corresponder ao que me é solicitado.”

“**Estou EXAUSTA, tenho estado estes últimos dias sempre em frente a este ecrã!!!! QUERO SER PROFESSORA!**”

“É **altamente esgotante** manter e conjugar: trabalhos de direção de turma, apoio constante aos encarregados de educação, docente de várias turmas com níveis diferentes, centenas de contactos diários dos 110 alunos, realização de videoconferências... E ser encarregado de educação a apoiar dois filhos em níveis diferentes de escolarização!! **Não sei se aguentarei até 26 de junho!**”

“Tenho trabalhado na última semana praticamente 18/20 horas por dia (seguidos), com uma criança de 4 anos. Além das aulas, a função de DT e todo um conjunto de conhecimentos, ferramentas, linguagem web que temos todos de aprender, mas para isso é preciso tempo. Foi só um desabafo de quem está mesmo **muito cansada e farta.**”

“Houve uma sobrecarga tremenda para os professores, que vão terminar o ano letivo (que vai terminar 4 semanas mais tarde) **completamente esgotados** e que comprometem o seu ambiente familiar para poderem cumprir os seus compromissos profissionais.”

“**Os professores veem-se atulhados** de mails de alunos, pais, escola, colegas, mais a correção de trabalhos, mais as reuniões por videoconferência, mais a burocracia imensa que é exigida pela escola (plano de turma para E@D, Horário de turma adaptado, monitorização do trabalho docente através do preenchimento de documento.”

“Esta nova abordagem de ensino está a levar os docentes a um **cansaço extremo**, que se reflete na falta de preparação de todos para uma situação atípica como é esta. A falta de tempo na preparação e estruturação das aulas para o E@D.”

“**Os professores estão esgotados** com tanta exigência de trabalho, mal planeado, mal orientado, e a quererem sempre dar o seu melhor, chegando aos alunos e a todos os alunos.”

“Nunca me senti tão pouco apoiada, **desgastada e com muito stress**”

“**Sinto-me exausta**. Aprendi em tempo recorde a utilizar novas formas de desgastantes. Estamos exaustos! Será que o ME sabe disso? Será que ninguém vê / entende isso?”

“Os professores estão a passar por um **período de grande stress** e com um horário de trabalho muito elevado chegando a ter os sábados e domingos ocupados.”

“Horas de trabalho, contactos a qualquer hora do dia e da noite, validade da avaliação... **Sinto-me profundamente desgastada e ansiosa!**”

“**Sinto que estou num buraco**, até porque as sessões síncronas causam-me muita ansiedade.”

“É complicadíssimo, no meio disto tudo, conseguir ler e organizar a quantidade de mails dirigidos pelos superiores que, muitas vezes, nada trazem de ajuda, apenas exigem mais evidências ou o preenchimento de mais elementos. Em vários momentos, já me ocorreu apresentar atestado, pois **sinto que estou a colapsar**.”

“**Sinto-me a deprimir/ desesperar** por não conseguir dar resposta aos trabalhos dos alunos naquilo que considero ser tempo útil. Estou exausta.”

“O tempo despendido na preparação das atividades é muito, mesmo muito, superior ao despendido nas atividades presenciais. **Está a ser muito cansativo**.”

“Passo imenso tempo a experimentar para depois aplicar com os alunos, com imensas dores da coluna e um **cansaço incapacitante no final do dia**, por estar entre 8 a 10 horas à frente do computador.”

“**Estou exausta** e tenho feito “das tripas coração” para estar a trabalhar com os alunos (por quem tenho muito respeito) e pelo AMOR que sempre tive à profissão de professora.”



Vida familiar difícil numa casa ocupada pelo local de trabalho

“A utilização dos materiais, dos computadores dos próprios e a falta de apoio do Ministério da Educação, tudo isto está a agravar o estado de saúde dos **professores que não têm tempo para eles próprios, para a família e para a sua casa**.”

“Estando em teletrabalho com o marido e com crianças é **impossível responder a todas as solicitações** das escolas (minha e dos filhos, que também somos pessoas).”

“Famílias em que ambos os cônjuges estejam em teletrabalho e tenham 1 ou 2 filhos e apenas 1 ou 2 computadores, é **quase impossível organizarem-se**.”

“**A certa altura senti-me sozinha, exposta ao ridículo, senti que o meu computador, a minha internet, o meu telemóvel e a minha casa tinham sido nacionalizados**.”

“Direção do Agrupamento, colegas, pais e alunos perderam por completo a baliza temporal que nos permitia algum fôlego. Há sempre urgências e afazeres que se misturam com a vida familiar. Lidar com os pais/encarregados de educação que ligam a qualquer hora e ter **perdido o filtro pessoal/profissional** colocou aqui desafios que são difíceis de gerir.”

“Viver em casa com um **filho com deficiência, gerir à distância pais idosos** que necessitam de apoio e distanciamento, com horas infinitas de trabalho de preparação, gestão e contactos... posso afirmar que estou à beira do Burnout.”

“O meu maior problema é dividir os recursos pessoais (PC, Tablet, TM e NET) pelas **pessoas que estão a trabalhar em casa**.”

“Sou mãe de uma disléxica profunda, não tenho qualquer apoio e **não sei como articular a vida profissional com a familiar.**”

“**O lar de cada um passou a ser o local de trabalho,** além de que o professor também é encarregado de educação.”

“É insuportável estar **em teletrabalho sozinha, com 3 filhos** (8, 10, 12 anos), acompanhá-los nas tarefas escolares com 2 portáteis. Como professores cai-nos tudo em cima.”

“**Deixei de ter vida pessoal,** os dias são passados frente ao computador a tentar apoiar os alunos e a criar formas de eles poderem trabalhar de modo a não ficarem assoberbados com trabalho.”

“O governo não devia esquecer que muitos professores neste momento sentem **dificuldade em conciliar a profissão com a família** que também está na nossa casa e exige uma atenção constante (tenho um filho na pré e outro no primeiro ano).”

“As minhas preocupações prendem-se com o **precedente que se abriu na sociedade** ao considerar que os professores devem “abrir as suas casas” 24 horas por dia para responder a solicitações de ministério, escolas e encarregados de educação.”

“Tem sido um trabalho hercúleo que provoca um tremendo desgaste emocional, o que se reflete no seio familiar, sendo **cada vez mais difícil fazer a separação entre a escola e a vida privada.**”



Professores temem violação da sua privacidade e queixam-se de intromissão na relação pedagógica com os alunos

“Preocupa-me que a **minha imagem** seja utilizada para fins desajustados.”

“Fico preocupado com a forma por vezes patética como se desenvolvem as aulas à distância, às vezes sem contacto, pelo menos visual, com os alunos, **expondo-nos e expondo a sua privacidade.**”

“Chegamos a estar nas “aulas” **sem sabermos quem nos está a observar,** ou inclusivamente a filmar, entre outras coisas. Todo o erro que possa surgir será penalizado.”

“**Há excessiva, despropositada e/ou inapropriada intervenção de alguns pais/encarregados de educação que parecem verdadeiros treinadores de bancada.**”

“Muitos encarregados de educação acham que “apoiar os seus educandos” é **intrometer-se** nos métodos utilizados pelos docentes e dão mesmo palpites do que deveria ser! Por outro lado, também há muitos encarregados de educação que falam pelos seus educandos não contribuindo, assim, nem para aumentar a autonomia, nem para a responsabilização dos jovens.”

“Fico apreensiva com a **exposição a que nos sujeitamos** nas videoconferências que, na minha opinião, nunca deveriam acontecer. Deveria haver outra forma de termos aulas síncronas.”

“Em muitas das minhas aulas síncronas, **apercebo-me da presença de adultos** que participam junto com os alunos, ligeiramente ao lado, tentando passar despercebidos.”

“As plataformas digitais, as vídeo-aulas, ... são uma **forma terrível de expor os professores** (e também os alunos) que não deveria nunca ter sido tornada obrigatória.”

“Preocupo-me com a **utilização indevida, abusiva** (ou até criminosa) da imagem de docentes e alunos.”

“No meu agrupamento de escolas não existem endereços de mail institucionais nem para professores nem para alunos pelo que tenho sido instada a criar uma conta de mail (qualquer conta que eu crie será sempre pessoal) e a utilizar o meu telemóvel para o contacto com os alunos, e **insultada por me recusar a fornecer dados pessoais.**”

“Estou preocupada com a **privacidade** dos meus dados pessoais e com a minha privacidade enquanto professora.”

“A minha maior preocupação é notar cada vez mais a **interferência dos pais** em assuntos que não dominam, vendo sempre a parte pelo todo, no que concerne ao seu educando. Assuntos estes que geralmente não dominam...”

“Quase sempre fica a noção que, eventualmente, são os próprios **pais a executarem as tarefas dos alunos.**”



E@D faz disparar as desigualdades

“A pandemia veio dar uma ideia mais precisa da **desigualdade de recursos e suporte familiar** que dos alunos nos seus contextos familiares.”

“Alguns pais **vivem situações dramáticas**. Trabalham fora de casa ou estão em teletrabalho, não podendo dar o apoio necessário aos seus filhos. Algumas casas não têm computador ou há um para três ou quatro pessoas, incluindo pais. “

“A equidade, que já não era atingível, agora é uma completa miragem.”

“Preocupam-me os **alunos que vão ficar para trás**, devido à falta de dispositivos (computador/telemóvel) e por falta de acesso à internet. Não adianta pensar, que os correios são reais alternativas.”

“Este tipo de ensino revela e acentua claramente as **desigualdades económicas e sociais** dos alunos.”

“Preocupa-me que os alunos mais desfavorecidos se sintam **ainda mais desfavorecidos**.”

“Há pais desempregados ou em Layoff, sem condições psicológicas e sociais para poderem acompanhar os seus filhos, o que também provoca desigualdade.”

“Sinto muita dificuldade em trabalhar à distância. Não sei como chegar a alguns alunos que não dão resposta aos trabalhos solicitados e não têm meios (internet, smartphone, computador). As aulas síncronas são insuficientes, pois os alunos estão constantemente a colocar dúvidas fora delas. Eles sentem-se perdidos e eu também. Dar conteúdos novos sem conseguir chegar a todos **é injusto é desigual**.”

“As **desigualdades aprofundam-se**, a falta de equidade é evidente e os alunos de situação socioeconómica mais baixa são, à partida, excluídos.

Estes alunos não possuem apoio familiar e não possuem equipamentos tecnológicos para acompanhar os colegas.”

“Considero muito grave a **agudização do diferenciamento social** e o aumento de abandono escolar.”

“O isolamento e o reduzido acompanhamento dos alunos mais frágeis levará a que os que contam com apoio familiar e/ou de explicadores possam beneficiar ainda mais nesta situação de ensino/avaliação à distância, sendo **penalizados os mesmos de sempre**.”

“O ensino à distância não é verdadeiramente ensino democrático. O papel do docente é, na sala de aula, um estimulador, incentivador, etc.. À distância sente uma impotência e um vazio porque vê as dificuldades dos alunos e não consegue intervir verdadeiramente como professor. Assim, **as desigualdades aumentam**.”

“No meio de tudo isto, o que mais me preocupa é ter alunos que não têm computador... só telemóvel. Sei que podem participar a partir do telemóvel, mas não é a mesma coisa. Torna-se mais difícil realizar as tarefas e enviar. Por outro lado, estes são, geralmente, os alunos que têm menos apoio em casa... não porque os pais não se preocupem ou não se esforcem por acompanhar, mas porque não têm conhecimentos. **As desigualdades vão aumentar muito**.”

“Entende-se que a situação é nova! Mas tornou **mais evidente as desigualdades** entre os alunos.”

“Há que contar com a quantidade de **meninos cujas famílias não têm meios financeiros** para poder aceder a este tipo de ensino, com grande parte das famílias com o seu emprego em risco ou até desempregados ou em lay off, com famílias desestruturadas cujo confinamento veio agravar a situação, com pais cuja formação académica não lhes permite acompanhar os filhos.”

“Preocupam-me os meus alunos de famílias **infoexcluídas**, sem “herança cultural”, em lay off ou no desemprego. Não são só os meus. A avaliar pelas notícias, é a maioria dos alunos deste país!”

“Há **muitos alunos que são excluídos** por não saberem ainda ler nem escrever para usar o PC e os pais de alguns também não sabem.”

“A situação gerada pela pandemia agrava exponencial e, em alguns casos, irremediavelmente, as **assimetrias sociais**. No caso do acesso à educação, pode, até, gerar retrocessos substanciais.”

“Não é possível chegar a todos os alunos, principalmente as crianças em situação de fragilidade

social, de outras etnias ou, como acontece, com necessidades educativas especiais, sendo penalizados de múltiplas formas, discriminados e em **situação cada vez mais desigual.**"



Alunos com necessidades educativas especiais, em E@D, são ainda mais discriminados

"Os alunos com dificuldades de aprendizagem vão ser **mais prejudicados**, pois alguns só trabalham na presença do professor."

"A maior parte dos alunos com Adequações Curriculares Significativas não tem material informático em casa e muitos dos que têm **não são autónomos** e não têm pais com capacidade de os ajudar."

"Se os meios digitais são essenciais no âmbito do E@D, onde estão os apoios para que todos os alunos possam estar online?"

"Sendo professor de Educação Especial preocupam-me os alunos com PEI que não têm equipamentos (computador, tablets, telemóvel) ou internet e que **não se consegue chegar a eles** e aos pais."

"**Não é possível** ensinar mobilidade e orientação à distância nem Braille."

"Preocupam-me os alunos com **problemas graves** e cujos pais não têm outros apoios, estando 24 sobre 24 horas com os seus filhos, chegando à exaustão."

"Falta de segurança, de recursos, dificuldades na mudança repentina de modelos de ensino, em particular para os alunos que têm **necessidade de apoios específicos.**"

"Preocupa-me muito um caso de um aluno com necessidades educativas especiais, a quem **não**

consigo chegar, entre outros que me preocupam moderadamente."

"A maior preocupação são os alunos com necessidades educativas especiais; são eles que mais necessitam de um **acompanhamento presencial dirigido às suas necessidades específicas**, até porque, muitas vezes, os encarregados de educação não o conseguem fazer. Estes alunos distraem-se rapidamente frente ao monitor."

"O E@A **não está em sintonia** com uma escola inclusiva."

"Sou professora de educação especial, pela especificidade dos meus alunos e pelos seus poucos recursos económicos tem sido muito **difícil desenvolver atividades novas** com eles."

"A minha maior preocupação é com os **alunos com dificuldade de aprendizagem** que não são capazes de realizar os trabalhos de forma autónoma e como grande parte dos pais estão a trabalhar, os alunos ficam sem suporte."

"Não foi considerada a dificuldade dos alunos com necessidades educativas diferenciadas. Não foi completamente considerada a **necessidade de apoio** a essas crianças, de que tanto precisam."

Avaliação justa será difícil num ano com tantos défices

"A **avaliação dos alunos deixa-me com muitas dúvidas** porque não sabemos quem executa as tarefas e eles podem consultar diversos materiais e resolver os exercícios sem saberem nada."

"Final do ano será esgotante, os **alunos estarão esgotados e serão obrigados a realizar exames**, mesmo assim."

"Considero que o ano letivo terminou e que toda esta azáfama do ensino à distância deve servir apenas para manter os alunos e alunas ativos fisicamente e intelectualmente. **A avaliação será um problema muito complicado** porque se corre o risco de promover ainda mais as desigualdades que se verificam no acesso à informação e nada substitui a avaliação contínua e presencial."

"Espero que o governo não considere que os conteúdos novos lecionados à distância durante

o 3.º período foram efetivamente adquiridos e não venha a contemplar qualquer reforço no próximo ano letivo relativamente a algumas partes do programa.”

“Preocupa-me a avaliação. Creio que é **muito difícil avaliar nestes moldes**, acabando por ser injusta.”

“Necessidade de turmas mais reduzidas, tendo em conta as medidas de distanciamento social que provavelmente se irão manter no início do ano letivo e aulas de apoio para **compensar os conteúdos que não foram lecionados**, o que obrigará à contratação de mais professores, uma vez que os professores existentes nas escolas estão sobrecarregados de trabalho.”

“Burocracia excessiva, número exagerado de documentos a preencher/ repetição destes documentos em diferentes locais (classroom, inovar drive) / muitos constrangimentos relacionados com equipamentos e ligação à internet / **dificuldade em avaliar de forma justa.**”

“Preocupa-me a intenção de considerarem **instrumentos de avaliação da dimensão cognitiva** aplicados à distância, uma vez que se desconhece a autoria dessas respostas. Validar testes resolvidos em casa acentua as assimetrias sociais, uma vez que nem todos têm apoio para a resolução desses exercícios.”

“Dar conteúdos novos sem conseguir chegar a todos é injusto e **nem sei como se pode avaliar** assim.”



O Ministério da Educação avaliado pelos professores

“O problema é que o **Ministro da Educação não foi professor**. Não basta ter professores na família.”

“O ME devia distribuir **pontos de acesso à net** aos professores, mas não fez nada.”

“Do ministério ouvi muitos agradecimentos e um sem número de **soluções para outros fazerem.**”

“**Fecharam-se as portas das escolas e abriu-se um portão pelo qual o ministério entra muito pouco.**”

“O excesso de voluntarismo da nossa parte, professores, deixa a **tutela descansada, apesar de desnorteada e alheada** da realidade.”

“Considero que o **ME deveria ter assegurado** a atribuição de equipamento aos professores e alunos; estou a trabalhar com os meus equipamentos pessoais. E deveria ter também pensado atempadamente nas questões de segurança e de privacidade.”

“O **ministério abandonou os docentes à sua sorte**, dependendo do seu próprio material e ligação à net, sem orientações concisas ou formação adequada.”

“Inexistência total de **falta de liderança/visão por parte de um ministro** da educação inexistente ou títere do primeiro-ministro.”

“Mais uma vez somos carne para canhão, sem qualquer apoio. Apenas nos ordenam que façamos, sem olhar às condições ou aos recursos de cada um. Os dias são altamente desgastantes, continuando a **burocracia a ser o mais importante para quem dirige.**”

“O que, mais uma vez, tem valido a este país, no que à Educação diz respeito, é o profissionalismo dos seus professores! O **ME limitou-se a dar passos curtos**. Foram os professores que, colaborativamente, incrementaram o E@D que se disseminou muito antes de o ME ter começado a pensar nisso! Aliás, os primeiros documentos do ME sobre o assunto só apareceram quando os professores, por exemplo, nas redes sociais, já discutiam metodologias, segurança das plataformas, tipos de avaliação, etc.”

“Do ponto de vista negativo a forma como os professores foram lançados aos leões, sem apoios, sem formação, sem decisões, com um aumento brutal de trabalho e com o **ministério à espera que as coisas acontecessem.**”

“Quanto ao Governo, considero que tem tido uma intervenção globalmente positiva, mas o **Ministro da Educação tem-se revelado absolutamente desnecessário.**”

“Penso que nisto, como em muitas outras coisas, o

ministério está a navegar por cabotagem, sem linha de orientação. “

“O **ME gastou dinheiro em publicidades** de promoção da sua imagem que podia ter sido usado para trabalho com os alunos sem meios tecnológicos.”

“O ME deu abertura para que o **negócio das editoras** se apropriasse dos emails dos alunos.”

“O **ME deve comunicar mais e melhor** para não ser o improvisado e a extrema dedicação dos docentes a resolver tudo.”

“Estou farta desta...coisa! **Onde está o suporte do ministério** aos professores?”

“O governo agiu, na generalidade, de forma positiva, o ministério da educação e o senhor ministro, como sempre, foram **indecisos e impreparados.**”

“O **apoio do governo falhou**, pois não prestou nenhum auxílio em termos de meios tecnológicos (computadores, internet e inclusive um pacote de minutos de telemóvel, porque só assim temos conseguido assegurar que o ensino prossiga). Digamos que os professores continuam como sempre, com um grande espírito de missão e graças a ele, a continuidade do ensino, desta forma, foi possível.”

“Considero que o apregoado sucesso de todo o processo do ensino à distância depende única e exclusivamente da **“carolice” e “amor à camisola”** por parte dos docentes e das direções das escolas (por esta ordem).”



Professores não querem palmas; continuam a exigir respeito e justiça!

“Constato uma maior valorização do trabalho do professor por parte dos encarregados de educação.”

“O Ministério da Educação gosta de **elogiar para inglês ver**. Gostaria de continuar a ouvir os elogios após a pandemia e com tudo normalizado.”

“O Governo (quem o representou), **pela primeira vez, elogiou** o trabalho dos docentes, no dia da apresentação da “Telescola”. Custa!”

“Neste momento são só elogios aos professores, mas penso que **depressa voltaremos à normalidade...**”

“**Os elogios feitos agora aos docentes são despropositados, hipócritas, cínicos. A classe docente deu sempre o seu melhor, em todas as circunstâncias.**”

“**Elogios (só) agora?** Os professores sempre fizeram um trabalho extraordinário, com muito esforço, muitas horas de trabalho sozinhos, entre pares, com os alunos, realizando formações, pesquisas, estudo próprio, elaborações, planificações, adaptações variadas ao contexto de cada turma/grupo/aluno, esclarecendo e atendendo todos e cada um deles e tudo com os seus próprios meios.”

“Aos colegas que se apresentam diariamente frente a uma câmara de televisão, os meus **sinceros parabéns**, pelo trabalho, pela coragem, pelo empenho e por contribuírem para uma solução de exceção que não resolve, mas minimiza os danos.”

“Os **professores nunca foram tão elogiados** por um ministro que até este problema aparecer nada dizia. Um autêntico pau mandado. O Secretário de Estado enaltecendo o trabalho dos professores, também nada faz na defesa dos seus problemas, assim como o Ministro da Educação. O próprio Primeiro-ministro que tanto elogia, mas que não resolve os 6 anos de tempo que ainda faltam contar...”

“Acho que o Ministério da Educação deveria ter **mais consideração pelo trabalho** que os docentes, de um modo geral, estão a realizar e pensar seriamente naqueles que, não tendo as mesmas capacidades físicas, devido à idade, estão a ser escravizados.”

Propostas da FENPROF sobre a organização do ano letivo 2020/2021

No dia 25 de junho realizou-se uma reunião, por videoconferência, entre a FENPROF e os dois secretários de estado do Ministério da Educação, Susana Amador e João Costa. Nesta, a FENPROF entregou e apresentou as suas propostas fundamentadas para a organização do próximo ano letivo, perante a inexistência de qualquer iniciativa do governo neste sentido. Uma reunião que, como dizia o

comunicado da Federação, foi tirada a ferros, depois de duas presenças à porta do ME para forçar este agendamento. Na sequência da apresentação destas propostas, foi garantido que haveria novo encontro entre ME e os representantes sindicais. Tal não veio a acontecer e o ME acabou por fazer chegar às escolas dois documentos, um deles proveniente da DGEstE, redundantes em relação às

intencões manifestadas em intervenções anteriores por diversos governantes (entre os quais, o próprio primeiro ministro) e pouco concretizadores das medidas que terão de ser, necessariamente, tomadas. O documento que aqui se apresenta é resultado de um exaustivo levantamento das necessidades e do conhecimento profundo da realidade existentes nas nossas escolas e jardins de infância.

1 Os problemas vividos num ano letivo tão atípico como o que encerra deverão permitir uma preparação adequada do próximo, apesar do atraso que já se verifica

A FENPROF considera desejável que o ano letivo 2020/2021 decorra com a comunidade escolar nas escolas em atividade presencial. O designado “ensino” a distância, na verdade um modelo de ensino de emergência, foi a alternativa possível face a uma situação epidemiológica inesperada, mas que exigiu um esforço enorme de docentes e alunos, sem que fossem obtidos resultados condizentes com o esforço feito. As desigualdades entre os alunos dispararam, as aprendizagens foram limitadas, houve grandes dificuldades em assegurar uma avaliação justa e rigorosa dos alunos e, por tudo isto, os défices educativos que resultam deste modelo de “ensino” são evidentes.

Os problemas que o “ensino” a distância criou ou agravou, alguns dos quais se assinalam antes, não resultaram, como também se refere, de qualquer atitude menos comprometida dos docentes. Pelo contrário, o empenhamento e a atitude profissional de professores e educadores foram fundamentais para que problemas ainda maiores não tivessem surgido. Tiveram de adquirir os equipamentos que as escolas não dispunham, de procurar informação e formação que lhes permitisse desenvolver um tipo de trabalho nunca ou raramente experimentado, de procurar alunos que permaneciam incontactáveis, de encontrar alternativas para os alunos que não tinham computador e/ou acesso à Internet e de desenvolver atividades síncronas e assíncronas com os seus alunos. Em todo este tempo a carga burocrática não aliviou, o sobretrabalho aumentou, deixando de haver controlo sobre o número de horas de





trabalho diário, o seu direito à privacidade foi, em muitos momentos, posto em causa, com o teletrabalho a colidir, não raramente, com a vida pessoal e familiar. Em quadro tão exigente, estranho seria que os docentes não tivessem atingido um nível elevadíssimo de exaustão física, psíquica e psicológica que fez disparar as situações de stress e de burnout.

Temos pela frente, agora, a preparação do ano letivo 2020/2021, um ano que, só pelas implicações que sobre ele se abaterão, decorrentes do atípico 2019/2020, já teria de prever respostas de carácter excepcional, exigindo uma preparação diferente da habitual. Não sendo possível prever com rigor a situação epidemiológica do país, desde logo no momento da sua abertura, essa preparação torna-se ainda mais complexa, pois deverá prever diferentes cenários e, para todos, haver preparação.

Outros motivos não houvesse, como há, e só este já seria suficiente para afirmar que o Ministério da Educação se atrasou na organização do próximo ano letivo, começando a ouvir a comunidade educativa num momento em que, salvo raras exceções, como aconteceu em 2018, essa organização já era conhecida, através de um novo despacho ou de circular mantendo o despacho do ano anterior. Um atraso para o qual a FENPROF vinha chamando a atenção, ao mesmo tempo que pretendia a marcação de uma reunião que só em 25 de junho tem lugar.

Os cenários possíveis são dois: o ensino presencial; excepcionalmente, o “ensino” a distância. No caso do ensino

presencial, há a possibilidade, ainda que remota, de tudo se poder organizar como nos anos anteriores, contudo, a evolução da situação epidemiológica faz prever que será necessário manter ou mesmo aumentar o nível de medidas de segurança sanitária que atualmente se aplicam às escolas que reabriram para receber alunos do ensino secundário; se houver necessidade de recorrer à solução de emergência, é de admitir a necessidade de ser mantida uma resposta parcial de “ensino” a distância (neste caso, em todo o território nacional ou, apenas, em parte), mas não pode ser posta de parte a possibilidade de o país ter de voltar a viver uma situação de confinamento geral.

Uma coisa, porém, é certa: o próximo ano letivo continuará a ser atípico, com a vantagem, em relação ao que está prestes a terminar, de se poderem prever respostas adequadas. Respostas para as quais se torna indispensável prever uma dotação orçamental que garanta às escolas o acesso aos recursos que venham a ser considerados necessários para superar défices educativos, materiais, sociais e financeiros, nestes últimos casos, dos alunos e das suas famílias. No que se refere aos alunos e às respostas sociais também indispensáveis às suas famílias, é necessário assegurar o reforço das condições de ocupação dos tempos livres, eventualmente obrigando, em alguns casos, à reabertura de estabelecimentos de ensino encerrados nos últimos anos, o reajustamento e renegociação da mancha horária dos transportes escolares e a adequação dos espaços e dos horários de funcionamento dos refeitórios.

Do ponto de vista pedagógico, no início do ano letivo será necessário identificar défices educativos, aprovar medidas para os superar e definir recursos indispensáveis à sua concretização. Depois, o tempo indispensável ao desenvolvimento das

estratégias de superação deverá ser decidido pelas escolas, no âmbito dos seus órgãos de natureza pedagógica, e concretizadas pelos docentes, no quadro da sua autonomia profissional, não tendo sentido a fixação de um período de aplicação universal, uma vez que não se trata da extensão do ano letivo ainda em curso, mas de um novo ano letivo.

2 Medidas de segurança sanitária indispensáveis à redução do risco de contágio no espaço escolar

- Realização prévia de rastreio à Covid-19 a toda a comunidade escolar, com o objetivo de detetar casos de infeção e, assim, tomar medidas, atempadamente, com vista a evitar o surgimento de surtos em espaços partilhados por pessoas de diversos grupos etários;

- Confirmação, pela autoridade de saúde local, de que estão reunidas as indispensáveis condições de segurança sanitária antes da sua abertura;

- Criação de condições para que sejam permanentemente observadas as orientações da Direção Geral da Saúde, designadamente no que respeita a circulação nos diversos espaços da escola, à manutenção do distanciamento físico recomendado e à higienização adequada de todas as instalações após cada utilização;

- Distribuição gratuita de equipamentos de proteção individual (EPI) a toda a comunidade escolar, bem como gel desinfetante;

- Eleição, em todas as escolas ou agrupamentos de escolas, de representantes dos trabalhadores docentes e não docentes para comissões de segurança e saúde no trabalho (SST) previstas na lei, dando cumprimento à Resolução n.º 28/2019, de 13 de fevereiro, do Conselho de Ministros, sobre SST na Administração Pública;

- Utilização de máscaras por toda a comunidade escolar, com exceção das crianças da Educação Pré-Escolar. As máscaras, em particular as que forem utilizadas pelos docentes de educação especial, deverão ser transparentes na zona da boca. Deverão também ser disponibilizados, para fazer face a situações especiais, viseiras, luvas e batas;

- Observação das normas de distanciamento físico estabelecidas pela Direção Geral da Saúde nas salas de aula, laboratórios, bibliotecas, salas de informática, refeitórios, bares e outros espaços da escola;

- Sem prejuízo de uma futura redução significativa do número de alunos por turma,

no sentido de serem criadas melhores condições de trabalho e aprendizagem nas escolas, de imediato, adequação do número de alunos por turma à dimensão das salas de aula, tendo em consideração as normas de distanciamento físico. Assim, em 2020/2021 as turmas deverão ser constituídas para que, no secundário, se observe uma distância mínima de 1,5 metros entre as pessoas e, nos três ciclos do ensino básico, de 2 metros. Na educação pré-escolar, dada a grande mobilidade das crianças, por norma, deverão ser constituídos grupos de seis crianças, podendo, excepcionalmente, chegar a dez.

- Reforço dos recursos humanos e materiais das escolas para garantir resposta a todos os alunos, tendo em conta o previsível aumento do número de turmas, e, também, a necessidade de reforçar o apoio pedagógico acrescido que deverá ser prestado a todos os alunos. Para isso, as escolas deverão poder contratar mais professores para as turmas e o seu crédito global de horas deverá aumentar substancialmente, para que aumentem os tempos de apoio e de tutoria. Face às situações negativas que foram vividas por muitas crianças durante o período de confinamento, é necessário garantir-lhes apoio psicossocial, o que passa pela dotação de mais profissionais nas equipas multidisciplinares constituídas. Aos alunos com necessidade de terapias deverá ser aumentado o número de horas da sua prestação, de acordo com diagnóstico e proposta a apresentar pelas equipas multidisciplinares. Por último, não menos importante, é indispensável um grande reforço de assistentes operacionais, o que, para além de uma profunda alteração da fórmula de cálculo (rácio), de imediato passa por um processo de contratação extraordinária, dado o nível de trabalho e exigência de segurança, limpeza e higienização do espaço escolar, devendo, à cabeça, ser garantida a substituição de todos os trabalhadores não docentes que se aposentaram ou se encontram doentes.

Resguardo e proteção acrescida de todos os docentes, trabalhadores não docentes e alunos portadores de doenças integradas em grupos de risco.

3 **Aspetos a resolver e clarificações indispensáveis para que se eliminem abusos e ilegalidades nos horários de trabalho e se garantam respostas educativas reforçadas por parte das escolas**

- Prevendo-se que as escolas voltem a funcionar em regime presencial, relativamente aos docentes e, designadamente, em relação ao seu horário de trabalho (duração e organização), é necessário estabelecer ou clarificar que:

- A componente letiva compreende aulas, atividade direta com alunos, incluindo apoios a grupos de alunos e/ou coadjuvação, direção de turma (função cujo desempenho dá lugar à redução desta componente);

- É ilegal a existência de “banco de horas (ou minutos)” e a alteração do horário de trabalho ao longo do ano letivo, para acomodação dos chamados “tempos letivos remanescentes”;

- Os intervalos no 1.º Ciclo são parte integrante das 25 horas de atividade semanal, correspondendo a pausas, nas quais não pode ser desenvolvida qualquer tipo de atividade letiva ou não letiva de estabelecimento;

- Os coordenadores de estabelecimentos poderão ser dispensados de titularidade de turma ainda que o número de alunos seja inferior a 250, pois se as turmas, dada a dimensão das salas de aula, passarem a ter, por exemplo, 15 alunos (sendo, assim, garantido o indispensável distanciamento físico), estabelecimentos com 14, 15 ou 16

turmas seriam coordenados por docente com turma(s) atribuída(s);

- A componente não letiva de estabelecimento integra as reuniões (com exceção de reuniões ocasionais, ou seja, não previstas, sendo aberrante a ideia de que as que não são semanais, embora se realizem periodicamente, são imprevistas...), todo o trabalho de estabelecimento e serviço de escola, incluindo atendimento a pais, e que as horas das ações de formação de participação obrigatória promovidas pela escola, bem como as necessárias para efeitos de carreira são deduzidas nesta componente do horário de trabalho;

- O exercício do cargo de diretor de turma, nos termos do Despacho Normativo 10-B/2018, de 6 de julho, dá lugar a uma redução, no mínimo, de 2 horas/turma na componente letiva, podendo ser atribuída redução maior, por decisão dos órgãos pedagógicos da escola, neste caso, através de recurso ao crédito de horas atribuído;

- Deverão ser reforçadas as tutorias, quer por via do alargamento do número de alunos abrangidos, quer para reforço das horas destinadas aos que já eram acompanhados, sendo este um dos motivos por que se justifica o aumento do número de horas de crédito atribuído às escolas;

- As horas destinadas ao Desporto Escolar são mantidas pelas escolas, com a adaptação das atividades desportivas a desenvolver a respeitarem as normas recomendadas pela Direção Geral da Saúde e adotadas, no caso das modalidades, pelas respetivas federações;





“Não há dinheiro?”

Taxem-se as fortunas que a partir do nosso país são transferidas para os paraísos fiscais que – e é a própria Comissão Europeia que o confirma – tem em Portugal um país no pelotão da frente desta prática, com um montante equivalente a 25% do PIB isento de impostos estacionado bem longe.

Aproveitem o Orçamento do Estado Suplementar para obrigar os poucos que tanto lá têm a pagar impostos, e a receita fiscal pode aumentar em 18 mil milhões de euros, valor bem acima das melhores perspectivas de apoios a receber da UE.

Não há dinheiro?

Taxem-se os dividendos que todos os anos ultrapassam os 20 mil milhões de euros e são apropriados no nosso país pelo capital nacional e estrangeiro, que ao abrigo de regras para evitar a dupla tributação, acabam por não pagar nada, nem aqui nem em lado nenhum, e metem esta verba limpa e isenta de impostos ao bolso.

Uma taxa de 35%, só aplicada aos dividendos distribuídos pelas grandes empresas e teríamos uma receita adicional de 3 mil e 700 milhões de euros para investir na saúde, na educação, na justiça e na cultura, no reforço da proteção social e do poder local democrático ou no investimento público que modernize o país e construa os alicerces de um desenvolvimento social, territorial e ambientalmente sustentável.

Não há dinheiro?

Só no jogo especulativo dos mercados de capitais, no nosso país e apenas nos primeiros nove meses do ano passado, passaram mais 447 mil milhões de euros que, caso tivessem pago uma taxa como a CGTP-IN há muito exige de 0,25%, teriam contribuído com mais de mil e cem milhões de euros de receita fiscal. •

Isabel Camarinha, Secretária Geral da CGTP-IN, 25/06/2020, na Semana Nacional de Luta promovida pela Central

- Na componente de trabalho individual são integradas as reduções de componente letiva que decorrem da aplicação do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente, sendo ilegítima a consideração de 50% destas horas de redução no cálculo de horas de crédito global atribuído às escolas que, assim, se apropriam de horas que são dos docentes, ainda mais necessárias em tempo em que é necessário introduzir formas diferentes de trabalho.

4 Caso, por razões de ordem excepcional, relacionadas com a situação epidemiológica no país, se imponha novo confinamento ou dever de recolhimento, obrigando, de novo, ao recurso excepcional e transitório de “ensino” a distância, é indispensável garantir que:

- São, de facto, respeitados os limites legais do horário de trabalho dos docentes;
- Os tempos destinados ao atendimento de pais e encarregados de educação são assinalados no horário de trabalho, resumindo-se a esses;
- São disponibilizados, pelas escolas, equipamentos, acesso à net e cartão telefónico, para que o de contacto profissional não seja o pessoal;
- Aos alunos com necessidades específicas são disponibilizados computadores ou tablets e programas adequados à sua autonomia funcional, devendo estes e, eventualmente outros alunos que necessitem de apoio individualizado, ter sessões síncronas individualizadas com o docente e/ou outro profissional que garanta o apoio;
- A coexistirem turmas em ensino presencial e outras em “ensino” a distância, na distribuição de serviço, só excepcionalmente e por razões devidamente fundamentadas haverá professores com os dois regimes de trabalho: presencial e teletrabalho. Nestes casos excecionais, os horários de trabalho deverão ter em conta a dispersão de solicitações a que estes docentes ficam expostos;
- Aos grupos etários mais baixos (até 12 anos) e aos alunos com dificuldades reconhecidas, num caso e noutro, com reduzida autonomia para o desenvolvimento de atividade digital, deverá ser sempre garantida resposta presencial;
- No 1.º Ciclo, caso as salas para funcionamento em regime normal sejam insuficientes após a redução do número de alunos por turma e o aumento do número de turmas, as escolas deverão adotar o regime duplo de funcionamento, dentro do que for estritamente necessário, o que implica uma resposta social acrescida que terá de ser garantida por outros trabalhadores, que não os docentes das turmas;
- Não será autorizado o encerramento de

estabelecimentos, seja qual for o nível ou grau de ensino, e consequente deslocação de alunos ou crianças para outros estabelecimentos, exceto se tal for imposto por problemas de segurança sanitária;

- A carga horária semanal prevista no currículo não será reduzida, designadamente na sequência da constituição de turmas de menor dimensão, o que implica a criação de condições, incluindo ao nível do reforço de docentes, para que tal não aconteça;

- Independentemente de ter sido mais um apoio à atividade dos docentes das turmas durante o período de confinamento e, posteriormente, de recolhimento, o designado #EstudoEmCasa não deverá prosseguir.

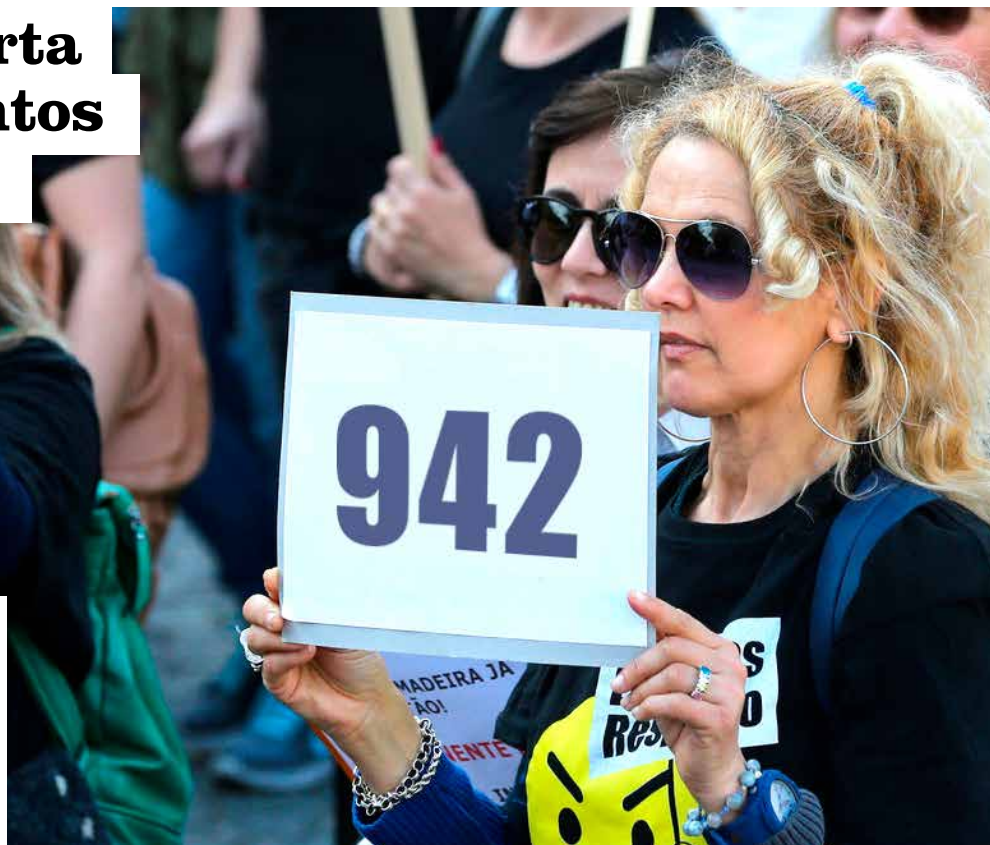
5 Outros aspetos a ter em conta na organização do ano letivo 2020/2021:

- O tempo destinado pelas escolas à superação dos défices educativos de 2019/2020, com se refere na introdução, deverá ser decidido por estas, não tendo de corresponder, obrigatoriamente, a um número fixo de semanas, pois não se trata da extensão do ano letivo ainda em curso;
- As interrupções letivas deverão ser as habituais (respeitando a organização trimestral ou semestral das escolas), importando prever que também em períodos de avaliação intercalar dos alunos a atividade letiva é interrompida;
- Dada a excecionalidade do ano letivo 2020/2021, deverão manter-se suspensas as provas de aferição e as provas finais de 9.º ano;
- Até ao final de dezembro de 2020 deverá ter lugar o debate sobre a avaliação dos alunos do ensino secundário e o regime de acesso ao ensino superior, incluindo, aqui, a questão dos exames;
- Deverá ser garantida a renovação do parque tecnológico das escolas e assegurados equipamentos para toda a comunidade escolar, não com vista a prosseguir com o modelo de “ensino” a distância, que é apenas um recurso de emergência, mas para o trabalho necessário, que deverá ser reforçado, no âmbito das TIC. Nesse sentido, deverá a aplicação dos anunciados quatrocentos milhões de euros obtidos através de fundos comunitários ser esclarecida previamente, orientar-se por critérios de transparência e o processo de substituição dos velhos equipamentos ter lugar até ao final do 1.º período letivo da organização trimestral;
- Num quadro em que dispararam as desigualdades, muito devido ao agravamento da situação económica de muitas famílias, deverá haver um forte reforço da ação social escolar, com previsão já no OE suplementar para 2020, uma vez que o ano letivo se iniciará em setembro. •

FENPROF alerta M.E.: há assuntos urgentes para resolver!



Em 16 de junho, a FENPROF, dirigiu um ofício ao ME, no qual explicita 6 aspetos que entende deverem ser tratados com urgência.



Nesse documento, que voltou a ser abordado na reunião do passado dia 25 de junho, a FENPROF refere, entre outros assuntos, a necessidade de tornar elegíveis, para efeitos de IRS, as despesas feitas pelos professores, nomeadamente, em equipamentos, designadamente informáticos, e comunicações, devidas à entrada forçada em regime de teletrabalho. Também a necessidade de rejuvenescimento da profissão e a consagração de um regime específico de aposentação, bem como a contagem integral do tempo de serviço não foram esquecidos.

1. Avaliação, não só ilegítima, como ilegal, dos docentes e do seu desempenho no âmbito da designada monitorização do E@D.

Face a situações que surgiram e sobre as quais a FENPROF já informou o Ministério da Educação, que fará a tutela, junto das escolas e agrupamentos para esclarecer da ilegalidade do procedimento e, nos casos em que já foram feitos os inquéritos, sejam quais forem os resultados, que estes não poderão relevar para efeitos de avaliação dos docentes?

2. Ação inspetiva para fiscalização de situações de eventual inflacionamento de notas de alunos no âmbito da classificação interna.

A FENPROF pretende informação sobre ponto de situação da ação desenvolvida no ano letivo passado: há ação disciplinar que

tenha tido lugar? Pretende-se, também, informação sobre o que procuram os inspetores este ano, ou melhor, como podem concluir, num ano tão atípico, que houve inflação de notas? Como poderão obrigar a alteração? Quais os requisitos uniformizadores que serão aplicados quando a diversidade sobre o que se passou nas escolas disparou? A FENPROF acompanha a preocupação, mas tem dúvidas sobre os procedimentos em curso.

3. Elegibilidade, em sede de IRS relativo a 2020, de despesas feitas pelos docentes em equipamentos, em comunicação e outras que se confirmem resultar do exercício de funções em regime de teletrabalho.

4. Integração, no concurso, dos docentes que não se candidataram ao concurso externo.

Há relatos dramáticos de situações, incluindo de docentes que concorrerem em 1.ª prioridade para vinculação e que deixaram passar os prazos, pois estes coincidiram com a primeira fase do confinamento, toda a adaptação ao E@D e, simultaneamente, a resolução de problemas familiares, como a garantia de acompanhamento de filhos e/ou de pessoas idosas, algumas infetadas com Covid-19 ou em situação de risco, em lares. As aulas deixaram de ser presenciais em 16/3 e o concurso decorreu entre 26/3 e 3/4. Propõe-se a abertura de uma fase extraordinária de acesso ao concurso, de apenas 2 ou 3 dias, por exemplo, sem

possibilidade de quem concorreu poder alterar dados da candidatura apresentada, mas apenas para admissão de quem não concorreu.

5. Correção (ou adenda) das listas ordenadas de candidatos à progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira.

A publicação de listas com todos os dados necessários à verificação da sua correção no que respeita à ordem dos candidatos foi compromisso do Ministério da Educação, em 2019, após posição da CADA. Inicialmente o ME tinha respondido tal como repetiu agora (que as listas continham os dados necessários a eventual reclamação dos docentes), mas, em reunião, foi acrescentado o argumento da proteção de dados e informado que se a CADA concordasse, no futuro, esses dados passariam a constar. Quando se conheceu posição da CADA, o ME tornou público que os serviços seriam informados da necessidade de corrigir as listas, o que não chegou a acontecer. O problema é que agora se repete o problema: não são publicitados os dados que dão lugar à ordenação. Não se propõe, nesta fase, a recolha das listas, publicação de outras e que tudo volte ao início; propõe-se que a calendarização se cumpra e que depois da publicitação dos dados, os docentes possam verificar, eventualmente reclamar e, a haver casos em que os candidatos deveriam ter obtido vaga, sejam criadas vagas adicionais para que não sejam penalizados nem esses, nem os que já progrediram. ●

“

Os professores, pelo enorme esforço que têm realizado, não precisam de agradecimento, mas exigem ser respeitados nas suas condições de trabalho e na sua carreira.

6. Rejuvenescimento do corpo docente das escolas e a aprovação de medidas que, de imediato, atraiam para a profissão os jovens (regresso de jovens já formados e opção de jovens que concluem o secundário).

A falta de professores que já se sentia bastante antes do confinamento, tenderá a agravar-se com aposentações (691 no primeiro semestre de 2020) e com necessidade de reforçar a contratação em algumas escolas para fazer face às exigências que o próximo ano letivo colocará. A FENPROF propõe a marcação de uma reunião só para esta discussão e que tenha como ponto de partida os documentos já emitidos pelo CNE em que esta preocupação está presente.

Em relação a outros aspetos que a FENPROF aborda no ofício que entregou no ME em 16 de junho, p.p., só duas questões, por agora:

- **Carreira docente:** há ainda 6 anos, 6 meses e 23 dias de trabalho cumprido que estão por recuperar, que não foram esquecidos. Aproxima-se a discussão do OE para 2021 e esse tempo em falta deverá ser lembrado, designadamente se houver a tentação de ainda impor novos congelamentos ou cortes nos salários. Os professores, pelo enorme esforço que têm realizado, não precisam de agradecimento, mas exigem ser respeitados nas suas condições de trabalho e na sua carreira.

- **Precariedade:** o problema está longe de ser resolvido. No concurso externo para 2020/2021 foram abertas 872 vagas para ingresso nos quadros, das quais 709 adstritas à chamada normatizada. Se lembrarmos que em 2019 se aposentaram 1 409 docentes e no primeiro semestre de 2020 mais 691, temos um total de 2 100 saídas em ano e meio; se também lembrarmos que em 16 de agosto de 2019 tivemos 8 670 contratações anuais, fica claro que é numeroso o contingente de docentes com vínculo precário que dão resposta a necessidades permanentes das escolas. Este é um problema que está ainda por resolver! •



Docentes vinculados

Um número mesmo insuficiente

Vinculação de 872 docentes significa deixar em precariedade 24.816 professores com 3 ou mais anos de serviço, dos quais 1833 já trabalham há mais de 20 anos.

O resultado do concurso externo confirma que apenas vincularam 872 docentes. É um número absolutamente insuficiente face às reais necessidades das escolas e para combater o sistémico abuso no recurso à contratação a termo. É um número que fica muito aquém dos 2010 docentes que se aposentaram em 2019 e no primeiro semestre de 2020.

Importa recordar que, em 16 de agosto de 2019, para o ano escolar que está a terminar, foram colocados 8670 docentes (colocações de 1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020), através dos mecanismos de renovação de contrato e de contratação inicial, o que significa que as vagas agora postas a concurso são, apenas, 9% daquelas necessidades, que, na maior parte dos casos, correspondem a necessidades permanentes das escolas.

A FENPROF lembra, ainda, que, após a publicação destas listas definitivas,

continuarão em precariedade mais de 24 mil docentes com 3 ou mais anos de serviço, 11.700 contratados com mais de 10 anos, mais de 5.000 com mais de 15 e, até, 1.833 que mantêm vínculos precários há mais de 20 anos. Ou seja, o Ministério da Educação continua a impor a precariedade como meio para responder a necessidades permanentes das escolas.

De forma determinada e com luta, a FENPROF continuará a exigir a vinculação de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço, recusando a não aplicação, aos professores e educadores, das normas aplicáveis no setor privado e que, por diretiva comunitária, se deveriam aplicar. Esta é uma luta que tem de prosseguir e alargar-se, já que, manifestamente, o combate decidido à precariedade na profissão docente continua a não caber nas opções políticas do Governo. E esse combate é fundamental para o futuro da profissão e da Escola Pública em Portugal. •

Aposentados

Os direitos não têm idade

Entre os direitos atinentes a todos, mas particularmente relevante para os mais velhos, sobressai o direito à dignidade.

A dignidade merecida por quem trabalhou longos anos em prol do bem comum, a dignidade exigida por nós que não prescindimos de nenhum direito.

Os professores aposentados constituem uma fonte de sabedoria acumulada e exigem que o modo como são tratados traduza o respeito pela sua dedicação. O valor intrínseco de uma sociedade também se avalia pelo cuidado que tem com os idosos, com os seus aposentados. É por isso que continuamos a ser exigentes e persistentes na defesa da nossa qualidade de vida. Qualidade de vida para a qual contribuem o valor das pensões, o acesso aos cuidados de saúde, o acesso à cultura.

É com esse objetivo que, ao longo dos últimos anos, os professores aposentados dos sindicatos da FENPROF têm continuado ativos na luta por uma sociedade globalmente mais justa para todos.

Luta intensa, como acontece com as lutas sociais

A situação social e económica do país tornou-se particularmente grave com o desemprego massivo que resulta da pandemia que assolou todo o mundo.

É necessário tomar medidas que solidifiquem os laços sociais, que permitam sobreviver dignamente à situação criada.

Os aposentados, todos, não apenas os professores, não podem ser tomados como o elo mais fraco da cadeia de solidariedade social, isto é, da justiça em que devem assentar as medidas económicas, sociais e políticas que vai ser necessário tomar.

Entre os objetivos pelos quais continuaremos a lutar e aos quais o Orçamento de Estado para 2021 deve dar resposta, destacamos:

- Manter, pelo menos, o poder de compra, o que exige aumentos de pensões que, no mínimo, acompanhem a inflação e corrijam, com aumentos adequados as pensões mais degradadas. Não aceitaremos, em caso algum, novos cortes nas pensões;
- Introduzir alterações nas tabelas do IRS aplicáveis aos aposentados que



conduzam a uma discriminação positiva, nomeadamente com uma dedução à coleta mais favorável;

- Melhorar as condições de acesso à saúde, quer através de apoio domiciliário quando necessário, quer melhorando as condições de funcionamento e fiscalização de lares ou de residências para idosos;

- Expandir e valorizar a rede de Cuidados de Saúde primários, garantindo médicos e enfermeiros de família e o desenvolvimento de especialidades médicas e de tratamentos particularmente dedicados à defesa da saúde dos idosos;

- Criar incentivos à criação de atividades culturais especificamente destinadas a esta situação etária e alargar os descontos para os mais velhos no acesso às manifestações culturais.

Os docentes aposentados têm consciência de que a defesa dos seus direitos e a conquista de melhores condições de vida são indissociáveis de medidas políticas que consolidem a defesa dos mecanismos de proteção social, nomeadamente a ADSE, a Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde. Fazem também sua a exigência de uma maior justiça fiscal que impeça a fuga aos impostos e obrigue as grandes empresas tecnológicas a pagar impostos de acordo com os lucros que obtêm, mesmo com limitado número de trabalhadores.

Os docentes aposentados que integram os sindicatos da FENPROF reafirmam a sua determinação de continuar a lutar pelos seus direitos, melhorando a sua organização no seio dos seus sindicatos e da federação, conscientes de que o êxito da sua luta, porque ligada à vida de toda a sociedade, exige um trabalho conjunto com os docentes ainda nas escolas. •

“

O valor intrínseco de uma sociedade também se avalia pelo cuidado que tem com os idosos, com os seus aposentados. É por isso que continuamos a ser exigentes e persistentes na defesa da nossa qualidade de vida

Covid-19, ensino não presencial e organização do novo ano letivo



FENPROF quer reunir com MCTES e participar na definição do futuro

A pandemia causada pela Covid-19 deixou marcas profundas em todos os aspetos da atividade humana, evidenciando e aprofundando fragilidades causadas pelas desigualdades sociais.

O impacto no ensino é, por esse motivo, bastante significativo. A abrupta exigência de passagem ao “Ensino a Distância”, ou, como preferimos e nos parece mais correto, “Ensino de Emergência”, tem suscitado muitas questões que exigem uma reflexão da comunidade académica e da sociedade em geral. A urgência desta transição implicou que inúmeras questões associadas à especificidade do trabalho à distância tivessem que ser relegadas para um segundo plano, para que não fosse completamente interrompida a comunicação com os estudantes, assegurando que critérios mínimos de ensino e investigação pudessem ser mantidos. Agora que se prepara o próximo letivo, temos de agir de forma a retomar o paradigma do ensino presencial.

Cinco aspetos desta notável e tão célere transição saltam à vista: a extraordinária capacidade de adaptação dos professores e dos estudantes à fluidez das alterações e da situação; um entendimento mais aprofundado das virtudes e das limitações do ensino não presencial; o agravamento das desigualdades sociais, particularmente entre estudantes; o acentuar da fragilidade

dos vínculos laborais de um grande número de docentes e investigadores precários; o risco de a desmaterialização das atividades de ensino, lecionação, preparação de aulas, atividades de investigação, etc., conduzir à desregulação da atividade docente, à margem do ECDU e do ECPDESP, bem como da legislação laboral em geral.

Com a situação que ainda continua a ser vivida, as questões associadas à flexibilização do trabalho e à sua digitalização ou desmaterialização ficaram na ordem do dia, mas é essencial que se entenda que os avanços tecnológicos não podem implicar retrocessos dos direitos laborais e sociais. Como tal, no que se refere ao futuro, não se pode deixar que a situação de crise se transforme no que agora se designa de “novo normal”, passando a ditar a organização da atividade docente, com as decisões a serem tomadas sem a participação e a anuência quer de docentes, quer de estudantes.

Considerando que a situação poderá obrigar a que, no próximo ano letivo, continue a ter de se recorrer a uma atividade com forte vertente não presencial, a FENPROF considera que se deverão manter os mecanismos, as práticas e a lógica prevalecente no desenho da distribuição do serviço docente anteriores à pandemia, respeitando os estatutos de carreira. Assim, a concretização desta distribuição deve ser assegurada cumprindo a sincronia das atividades de lecionação com o serviço docente atribuído e qualquer

alteração deverá ser devidamente acordada entre professores e a direção de cada faculdade/escola e garantir o cumprimento da regulamentação vigente. Naturalmente, os períodos letivos deverão ser organizados por forma a permitir que se desenvolvam em regime presencial parte das disciplinas com componente mais teórica e integralmente as disciplinas com forte componente prática, como as laboratoriais ou clínicas. Neste contexto, tornar-se-á necessária uma particular atenção ao ensino artístico.

Certamente, esta sugestão minimalista não cobre todas as questões suscitadas por este regime ensino de emergência. Contudo, contribuirá para preservar a identidade da profissão docente no que respeita à autonomia e liberdade de ensino e investigação e impedir agravamentos de cargas letivas pelo previsível desdobramento de turmas. Ou seja, se for necessário desdobrar turmas, tal terá forçosamente de se refletir no horário dos docentes sem aumentar os limites legalmente estabelecidos da carga letiva permitida pelos estatutos, ainda que tal obrigue à contratação de novos docentes.

Entretanto, importa criar um clima de partilha de experiências que contribua para a redefinição do projeto pedagógico neste contexto pandémico. A FENPROF exorta os docentes a uma reflexão mais profunda sobre eventuais vantagens e limitações desta forma de ensino não presencial, como aliás temos vindo a expressar em tomadas de posição já divulgadas. Enquanto docentes, há que ter presente a responsabilidade social inerente à profissão. Como lidar com as desigualdades materiais dos alunos perante esta forma de ensino? Como lidar com o facto de não estar a ser proporcionada aos alunos, nem o ensino, nem a experiência de frequência do ensino superior em que se inscreveram? Como avaliar com rigor e justiça os alunos? E como será, no futuro, avaliado o desempenho de docentes que, agora, estão impedidos de realizar? Estas são apenas algumas questões que, neste momento, terão de ser colocadas e, principalmente, respondidas.

A FENPROF considera ser importante enfatizar que, qualquer que seja a evolução das condições sanitárias, está disponível para participar na discussão sobre esta forma de ensino e sobre a sua putativa generalização ao arrepio do disposto no Decreto-Lei n.º 133/2019, que aprova o regime jurídico do ensino superior ministrado a distância.

Só através de uma forte e ativa participação dos docentes, com a FENPROF, será possível impedir que, do ensino não presencial, resulte uma ainda maior precarização laboral e uma redução dos direitos consagrados no ECDU e no ECPDESP. Com vista a debater e negociar esta e outras questões com a tutela, a FENPROF solicitou uma reunião ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. ●

Investigação científica

Perturbações decorrentes da pandemia: FENPROF exige medidas



A FENPROF reuniu o seu Departamento de Ensino Superior e Investigação para analisar a situação atual, num contexto ainda marcado por uma grande incerteza relativamente ao futuro, mas em que já é possível fazer um balanço preliminar do impacto da pandemia sobre o trabalho desenvolvido pelos investigadores científicos.

A FENPROF conhece bem a situação que se vive desde há vários anos a esta parte no campo da investigação científica. Este é um domínio onde impera a precariedade laboral, em que a esmagadora maioria dos investigadores científicos têm um contrato a termo ou são bolseiros de investigação (sem direito a um vínculo laboral), um caminho apenas suscetível de criar expectativas naqueles que acabam de ingressar num mundo que é, sem dúvida,

fascinante, mas que, quase sempre, acaba por frustrar e desapontar a maior parte daqueles que nele participam.

Nos últimos anos, a investigação científica tem sido o domínio em que os programas de estímulo ao emprego, ainda que dignificando e valorizando o trabalho, nunca passaram de paliativos, reproduzindo e eternizando a condição subalterna da investigação científica no conjunto do sistema de ensino superior e ciência. Num contexto de crescente valorização da produção científica por parte das instituições de ensino superior e ciência, e da sociedade no seu conjunto, não pode deixar de causar perplexidade o modo lamentável como continuam a ser tratados os trabalhadores científicos.

Como se fossem filhos de um deus menor, são utilizados pelas instituições, muitas delas operando enquanto verdadeiros offshores, e nunca veem o seu trabalho devidamente reconhecido. Os investigadores necessitam não de palavras de circunstância e palmadinhas nas costas, mas sim de direitos laborais, estabilidade e perspetivas de carreira. Como a FENPROF teve já oportunidade de denunciar, de nada vale o reconhecimento público do valor da ciência se este não for acompanhado de políticas efetivas e consequentes de combate à precariedade laboral.

Os impactos da atual pandemia, aparentemente longe ainda de estar ultrapassada, fizeram-se sentir em diversas

áreas da vida social e económica, existindo seguramente muitos impactos disruptivos cuja identificação não é ainda possível fazer com rigor e exatidão. A investigação científica, evidentemente, não escapou à regra e as perturbações decorrentes da pandemia tiveram reflexos a vários níveis:

- Projetos de investigação temporariamente suspensos, nalguns casos irremediavelmente, por implicarem trabalho de campo e mobilidade, no contexto nacional ou internacional, num período em que a liberdade de circulação se encontrou (e ainda se encontra) profundamente condicionada ou mesmo impossibilitada;

- Trabalho de campo, laboratorial e em arquivos que não pode ser feito dado o encerramento das instituições ou o carácter rotativo das equipas em trabalho presencial, além dos impedimentos às deslocações, já referidos. De particular importância, será o trabalho de carácter sazonal, cuja paragem implica meses de trabalho e objetivos hipotecados;

- Investigação que deixou de ser realizada por aqueles que estão hoje diretamente envolvidos em trabalho com o SARS-CoV-2 ou com os impactos da Covid-19;

- Impossibilidade de transpor para um formato à distância processos de trabalho científico que implicam, necessariamente, uma relação social de estreita proximidade e confiança, algo profundamente comprometido neste período;

- Dificuldades acrescidas no relacionamento existente entre os investigadores e as suas instituições de acolhimento e,

também, com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Todos estes exemplos ilustram bem, mesmo que de forma parcial e incompleta, as enormes dificuldades sentidas na Ciência e as repercussões diretas da pandemia na concretização dos programas de trabalho acordados entre investigadores, instituições de pertença e FCT.

A FENPROF exige, assim, que o governo, por intermédio do MCTES, em articulação com a FCT, tome medidas integradas e sistémicas de resposta às perturbações decorrentes da pandemia, que não podem deixar de levar

em linha de conta as justas reivindicações que têm sido feitas por todos aqueles que, sendo parte integrante do sistema científico e tecnológico nacional, se encontram em situação laboral mais frágil e vulnerável.

De entre as medidas necessárias, a FENPROF destaca, pela sua urgência, a prorrogação de todas as bolsas (diretamente financiadas pela FCT e restantes) e de todos os contratos a termo de investigação, por um período equivalente à duração das condições que obstaculizam o normal desenvolvimento do trabalho de pesquisa e, simultaneamente, o adiamento dos prazos previstos para

avaliações intercalares ou de renovação, por igual período de tempo.

Para a FENPROF, os investigadores científicos, que ao longo dos anos têm contribuído com o seu trabalho para que a importância da ciência seja amplamente reconhecida tanto por decisores políticos, como pela sociedade, têm de ser uma prioridade para o país. Isto implica, necessariamente, a estabilização dos vínculos laborais e a integração na carreira. Na reunião solicitada ao MCTES, a FENPROF pretende reforçar estas posições e propostas. ●



PREVPAP:

Investigadores e docentes desesperam pela regularização

É um escândalo que 70% dos casos de investigadores já homologados para regularização no PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública) aguardem há mais de 9 meses pelos concursos para ingressarem na carreira! Vários destes investigadores estão no desemprego por incumprimento da lei que obriga à manutenção, ou à retoma, da vigência dos contratos até ao final dos concursos de integração.

A FENPROF reclama o cumprimento da lei do PREVPAP: Que o Estado e o governo honrem os seus compromissos financeiros com as IES e que estas abram os concursos sem mais demoras, procedendo de imediato à regularização dos vínculos.

É escandaloso que a maioria dos muito poucos investigadores que, no âmbito do PREVPAP, obtiveram parecer favorável para

regularização dos seus vínculos precários, continuem a ter a sua situação não regularizada, por ainda não terem sido abertos os concursos para a sua integração na carreira, passados já mais de 9 meses sobre a data em que lhes foi comunicada a homologação do parecer por parte dos ministros, incluindo o Ministro das Finanças. Existem também muitos docentes a aguardar há muito tempo pela abertura dos concursos para a regularização dos seus vínculos precários.

Dos cerca de 1700 investigadores que solicitaram ao PREVPAP a regularização dos seus vínculos precários, até recentemente, apenas cerca de 220 tinham obtido um parecer favorável (13%). Mas mesmo com uma percentagem tão irrisória de aprovação, o governo, no qual releva a este respeito o Ministério das Finanças, tem recusado até agora garantir às instituições do ensino superior os reforços orçamentais

indispensáveis para a compensação dos acréscimos da despesa com pessoal que tais regularizações implicam para este ano de 2020 e para os anos seguintes.

Para a integração daqueles cerca de 220 investigadores que obtiveram parecer favorável já homologado, só havia, até muito recentemente, cerca de 70 concursos abertos e 60 lugares ocupados, o que mostra que muitas das universidades, com investigadores para integrar, têm aguardado, infelizmente de forma demasiado passiva, garantias sólidas do governo e do Estado que lhes permitam lançar os concursos. Assim, cerca de 150 (70%) dos aprovados para regularização, ainda não têm os concursos abertos para o efeito.

Acresce que há instituições, com destaque para algumas escolas da Universidade de Lisboa, que se recusam a cumprir a Lei do PREVPAP, no que se refere à aplicação da norma proteção transitória, que manda que os contratos se mantenham em vigor, ou retomem a sua vigência (no caso de terem já terminado), após a homologação do parecer favorável e até à conclusão dos concursos. Este não cumprimento da lei tem forçado vários colegas ao desemprego, quando já têm o parecer favorável aprovado há mais de 9 meses!

Esta falta de respeito pelos investigadores contrasta fortemente com as referências elogiosas que têm sido publicamente feitas por responsáveis políticos aos muitos investigadores, no contexto do seu trabalho na busca de soluções para o combate à pandemia.

Até recentemente, permanecia um longo diferendo entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e as Instituições do Ensino Superior (IES) no que se refere aos contratos-programa a serem acordados. Há cerca de 15 dias, tal diferendo foi finalmente ultrapassado, tendo-se estabelecido acordo entre o MCTES, via Instituto de Gestão Financeira da Educação, e as IES quanto aos contratos-programa. A partir daí, ficou a faltar a homologação do Ministro das Finanças que tarda em se concretizar e ameaça eternizar-se.

A Lei do OE 2020 inclui uma norma que imputa à FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) um arremedo do financiamento da integração destes cerca de 220 investigadores na carreira, pois apenas prevê que continuem a ser pagos por aquela os contratos que havia celebrado com as IES para o pagamento dos contratos e das bolsas destes investigadores aprovados para regularização, mas apenas até ao seu termo, que em muitos casos já sucedeu e noutros acontecerá muito em breve, deixando a descoberto os encargos com os seus salários, a partir desse momento, o que viola o compromisso estabelecido nos contratos que têm sido firmados entre o governo e as IES.

Assim, a FENPROF propõe que:

1) Sejam garantidos os reforços do OE necessários às IES, durante o ano de 2020, para cobrir a diferença entre os salários dos investigadores a regularizar e as transferências que a FCT manterá, relativas aos contratos, enquanto se encontram em vigor;

2) Seja assegurado um acréscimo desses reforços nos próximos anos, no montante correspondente à redução das transferências provenientes da FCT devida à diminuição progressiva do número de contratos que ainda se vão mantendo em vigor.

O PREVPAP para as carreiras especiais (docentes do ensino superior e de investigação) tem sido uma provação e um logro. Tudo tem sido, desde há já mais de 3 anos, “arrancado a ferros” pela ação da FENPROF e a mobilização que tem promovido junto dos requerentes.

Pareceres favoráveis para próximo de 400 requerentes

Desde logo, foi necessário combater a oposição dos reitores, que obteve, em larga medida, a cumplicidade do ministro da tutela, e lutar para que o MCTES se dispusesse a aceitar votar favoravelmente, ainda que contra a posição das IES, a regularização das situações em que esse voto seria de toda a justiça. Ficou-se muito aquém do desejado pela FENPROF, mas esta luta acabou por resultar na aprovação de pareceres favoráveis para próximo de 400 requerentes, entre docentes e investigadores (12,5%). É muito pouco, apesar de ter sido muito importante para cada um destes requerentes.

A seguir veio a luta pela homologação dos pareceres favoráveis que levou em muitos casos mais de 6 meses a concretizar-se, sendo este atraso da responsabilidade quase exclusiva do ministro das finanças.

Agora, a FENPROF mantém-se na luta pela abertura dos concursos para a regularização dos investigadores e dos docentes que já têm os seus pareceres favoráveis homologados, isto é, na luta pela aprovação pelo Estado e pelo governo dos reforços orçamentais indispensáveis e pela abertura imediata dos concursos por parte das universidades e de outras IES que ainda o não fizeram. ●

Publicada a listagem das escolas públicas com Amianto

CARMEN LIMA (Coordenadora da SOS AMIANTO | Coordenadora do Centro de Informação de Resíduos da QUERCUS | carmenlima@quercus.pt)

O final de junho era a data expectável para a divulgação pelo Governo da Listagem de imóveis públicos e privados que contêm amianto na sua composição. Publicada a lista, verifica-se que a listagem publicada resume-se às escolas cujas “estruturas” de amianto vão ser removidas. Demos um passo, mas não fazemos o caminho completo na direção do cumprimento da legislação, assegurando como prioridade a remoção total do amianto em Portugal.

Este levantamento é uma obrigatoriedade da Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, que define a necessidade de promover a identificação da totalidade dos materiais com amianto, promoção de análises a concentrações de fibras respiráveis, avaliação do risco de exposição dos trabalhadores e ocupantes dos edifícios ao amianto, sinalização das situações prioritárias com a definição de medidas para prevenir ou minimizar a exposição, com a emissão de um plano de ação para o amianto. Por outro lado, a Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro, prevê a obrigatoriedade de identificação do amianto e a sua remoção nos edifícios, instalações e equipamentos de empresas.

De acordo com Carmen Lima da SOS AMIANTO, «esta listagem é um passo na direção da erradicação do amianto em Portugal, mas claramente insuficiente na medida em que falta a resposta ao cumprimento total da legislação». Está em falta:

- Identificação de todos os materiais e equipamentos contendo amianto nas escolas: no caso das escolas foram incorporadas fibras de amianto em outros materiais para além das coberturas em fibrocimento, como pavimentos, tubagens, juntas de dilatação, bem como outras tipologias de coberturas, pelo que tememos que esta listagem não reflita a totalidade dos materiais. Aliás, está indiciado na atual listagem que vão ser intervencionadas as “estruturas”, palavra que nos deixa a dúvida se não estarão apenas a referir as coberturas em fibrocimento;

- A legislação portuguesa obriga à

identificação da totalidade do amianto em edifícios, equipamentos e infraestruturas públicas e privadas que contenham amianto;

- Este “Levantamento” deverá incluir uma totalidade de procedimentos, os quais desconhecemos que estejam concluídos, nomeadamente a identificação de todos os materiais e equipamentos com amianto, promoção de análises a concentrações de fibras respiráveis, avaliação do risco de exposição dos trabalhadores e ocupantes dos edifícios ao amianto, sinalização das situações prioritárias com a definição de medidas para prevenir ou minimizar a exposição, com a emissão de um plano de ação e calendarização para o amianto.

A SOS AMIANTO da Quercus relembra que o amianto não foi utilizado apenas em escolas, existem outros edifícios e infraestruturas, como comboios, barcos, hospitais, centros de saúde, museus, escritórios e empresas, entre outros, que também incorporaram estas fibras e onde existiram certamente situações de risco à sua exposição.

Desde 2012 que a Quercus pede a publicação desta listagem, de extrema importância para o acompanhamento da situação em Portugal.

Apesar de comprovado o risco das fibras de amianto e a sua relação entre a sua exposição e o desenvolvimento de cancro (mesotelioma, cancro do pulmão, cancro do ovário, cancro da laringe ou cancro do estômago), levando a que fosse considerado “prioritário” pelo Comité Económico e Social Europeu, em Portugal continuamos a desconhecer onde foi utilizado e se existe exposição, apesar da obrigação para a sua identificação nos locais de trabalho.

O amianto teve uma utilização comum, que vai desde as condutas, depósitos e tanques para fornecimento e armazenamento de água, coberturas, revestimentos de tetos e paredes, chaminés, pavimentos, armários, casa pré-fabricadas, tubagens para ventilação, fitas de estore, eletrodomésticos.

Listagem disponível em: <https://dre.pt/home/-dre/136365168/details/maximized> ●



IPSS/Misericórdias

Portaria n.º 160/2020, de 26 de junho

Instituições com participação financeira não podem manter docentes em *layoff*

No dia 26 de junho, foi publicada a Portaria n.º 160/2020, da qual resulta que as IPSS que quiserem manter as participações financeiras, quer em valência

de creche, quer em de jardim de infância, não poderão manter os docentes em regime de *layoff*, de acordo com o artigo 2.º, n.º 2 (As instituições abrangidas pelo disposto no presente artigo devem manter todos

os trabalhadores ao serviço das respostas sociais, bem como o pagamento da totalidade da respetiva retribuição, sob pena de restituição das participações recebidas ao abrigo da presente portaria).

Esta Portaria, que entrou em vigor no dia 27 de junho, vem finalmente clarificar, que, a partir daquela data, as Instituições não poderão acumular financiamento público, nomeadamente participação financeira decorrente dos acordos de cooperação com o regime de *layoff*.

Assim, caso permaneça na situação de *layoff* deverá contactar o seu Sindicato, no sentido de se informar dos seus direitos, ou solicitar esclarecimentos junto da sua instituição, tendo presente o novo enquadramento legal!

A Portaria agora publicada vem reforçar o entendimento que a FENPROF sempre defendeu, tendo denunciado inúmeras situações de *layoff* junto das entidades competentes, MTSSS e ME. Apesar de alguns desenvolvimentos, ainda, não obtivemos uma posição política por parte destes Ministérios.

A FENPROF não desistirá até que estas instituições se pronunciem; neste sentido irá apresentar queixa na Provedoria de Justiça e na Procuradoria-Geral da República, assim como irá reforçar o pedido de reunião à Ministra do Trabalho, solicitar reuniões aos Secretários de Estado da Educação e aos Grupos Parlamentares. ●

REGIÕES AUTÓNOMAS

Recessões, maiorias absolutas e direitos conquistados!

ANTÓNIO LUCAS (Presidente do SPRA)

Quando analisamos e comparamos os diplomas estruturantes dos três sistemas educativos do território nacional, os docentes dos Açores ficam em clara vantagem aos dos seus congéneres da Madeira e do Continente. Refiro-me à gestão e autonomia dos estabelecimentos de ensino, aos concursos de pessoal docente, mas, especialmente ao Estatuto da Carreira Docente.



É verdade que os Açores tem a vantagem, neste caso, de ter pouco mais de 240 000 habitantes, logo menos alunos e menos docentes, também é verdade que durante

o período da Troika as medidas de impacto social não foram tão brutais como no restante território, dada a folga financeira da Região, ou seja, foi possível negociar, em termos

sindicais, em melhores condições que na Madeira ou no Continente.

Objetivamente, no próximo dia 1 de Setembro, os docentes dos Açores recuperam cerca de 50% do tempo congelado, se a este facto juntarmos uma realidade em que não existem quotas na avaliação nem vagas de acesso ao 5º e 7º escalão, e em que a pós-graduação bonifica a carreira num ano, o mestrado em dois

anos e o doutoramento em quatro anos, podemos afirmar que os docentes dos Açores, no próximo dia 1 de Setembro, estarão com um, ou mesmo em alguns casos, com dois escalões de diferença dos restantes colegas.

Durante a primeira quinzena de outubro realizar-se-ão as eleições legislativas nos Açores. A possibilidade de o Partido Socialista acrescentar mais quatro anos

aos vinte e quatro já percorridos é muito forte tal como a possibilidade de voltar a ter maioria absoluta.

Todos temos consciência de que virão tempos difíceis e de habitual tentação dos governos de restringir direitos, apoios sociais e especialmente, de desvalorizar o trabalho. Vêm tempos de cerrar fileiras, organizarmo-nos e certamente, de voltarmos à rua! ●

RAM em tempos da COVID-19

JACKELINE VIEIRA (Vice-presidente do SPM)



Fazendo o balanço da atividade do SPM após e durante a COVID-19, referimos, esquematicamente, algumas das ações desenvolvidas: **31 de março 2020, PLENÁRIO SINDICAL** (online) sobre “Os Direitos dos Trabalhadores em tempo de teletrabalho”, com transmissão em direto (Facebook do SPM).

22 de maio, 2.º PLENÁRIO SINDICAL (online) em que foi abordado um conjunto de matérias profissionais importantes:

- desgaste e envelhecimento dos docentes;
- desconfinamento: reabertura das atividades letivas presenciais;
- avaliação docente de 2019-2020: alteração dos prazos;
- posição do SPM pela vinculação dos professores contratados.

Nestes dois plenários, estiveram em permanência entre 150 a 200 professores e educadores.

24 de junho, Plenário Sindical “Reduções iguais para carreira igual – Justiça para os professores do 1.º Ciclo e educadores de infância. Seguido da entrega de uma proposta ao Secretário Regional de Educação para que sejam aplicadas a estes dois setores de educação e ensino as mesmas reduções dos restantes setores, por idade e tempo de serviço.

3 julho 2020 na iniciativa sindical “Contratados mas não esquecidos”, foi entregue ao Diretor Regional de Administração Escolar uma compilação de todas as tomadas de posição, manifestos e memorandos enviados pelo SPM para a tutela, ao longo dos últimos 4 anos, representativa da longa jornada de luta destes docentes.

Nestas ações participou uma dezena de ativistas sindicais. A dimensão da presença não é alheia ao medo instalado entre a população quanto à participação em iniciativas presenciais.

Com o próximo ano letivo, teremos de retomar o exercício do direito coletivo ao protesto e à ação sindical. Sabemos que enfrentamos um tempo de distanciamento físico, em que devemos respeitar todas as normas de segurança que salvaguardem o bem do coletivo.

No entanto, não podemos criar um distanciamento (irreversível) na luta por condições justas de trabalho.

Os números de participantes/ativistas sindicais, nas atividades da RAM, que são apenas números, estão a mostrar-nos que a participação presencial está, ainda, aquém da desejada, da necessária e da que tínhamos antes da atual situação epidemiológica. Hoje temos mais docentes presentes nos plenários online do que nas concentrações presenciais, mas isso tem de ser alterado, para bem da profissão e para bem dos docentes

Setembro está aí e com ele muitas incertezas. Vai ser preciso intervir e defender melhores condições de exercício da profissão, melhor regulamentação do trabalho, a manutenção dos direitos legalmente consagrados. Ninguém o fará por nós! Vivemos, sem dúvida, um momento assustador, mas com os cuidados necessários devemos ocupar, sempre, o nosso lugar na rua, pois é lá que se faz a luta, onde sempre se ganha, mesmo quando, aparentemente, parece não haver vitórias. ●



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DESEMPENHADO POR CTT CORREIOS, S.A. PODERÁ SER REPRODUZIDA PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

FENPROF

a maior força nacional dos professores, educadores e investigadores

FENPROF



- + direitos
- + força coletiva
- + unidade profissional
- + capacidade de reivindicação
- + proteção jurídica
- + exploração
- + precariedade

- + vantagens
 - + regalias sociais
 - + benefícios fiscais
 - + protocolos em todo o país

FENPROF: a voz das tuas reivindicações; a força e a unidade que te protegem!

**FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA**

